

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

PATRICIA LILIAN MOKFA

**IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO: A COLÔNIA GETÚLIO VARGAS/RS EM
FOTOGRAFIAS (1908-1954)**

Passo Fundo

2019

PATRICIA LILIAN MOKFA

**IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO: A COLÔNIA GETÚLIO VARGAS/RS EM
FOTOGRAFIAS (1908-1954)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial e final para a obtenção do título de Mestre em História, sob orientação da Profa. Dra. Rosane Marcia Neumann.

Passo Fundo

2019

CIP – Catalogação na Publicação

M716i Mokfa, Patrícia Lilian
Imigração e colonização : a colônia Getúlio
Vargas/RS em fotografias (1908-1954) / Patrícia Lilian
Mokfa. – 2019.
83 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Rosane Marcia Neumann.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade
de Passo Fundo, 2019.

1. Getúlio Vargas (RS) – História. 2. Colonização –
Rio Grande do Sul. 3. Migração. 4. Memória coletiva.
5. Fotografia. I. Neumann, Rosane Marcia, orientadora.
II. Título.

CDU: 981.65

Catalogação: Bibliotecária Schirlei T. da Silva Vaz - CRB 10/1364

Ao meu noivo Anderson, pelo apoio incondicional em todos os momentos; aos meus pais, que dignamente me apresentaram a importância do estudo e o caminho da honestidade e persistência; às minhas irmãs, que sempre me incentivaram a realizar meus sonhos; a toda minha família, que, com muito carinho e apoio, não mediu esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A alguém muito especial, que é minha orientadora, professora Rosane Marcia Neumann, pela amizade, paciência e compreensão. Obrigada por acompanhar minha trajetória desde a graduação. Não esquecerei seus ensinamentos, os quais me ajudaram a trilhar os caminhos da História.

À Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF), pela concessão de 50% da bolsa durante todo o período de realização do Mestrado.

À adorável Rosmari Vanzo, por receber-me sempre com um sorriso no rosto, pelo incentivo, disponibilidade, compreensão, dedicação e atenção. A todos os funcionários do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas, especialmente ao Enori Chiaparini e Neivo Fabris, por toda orientação e conhecimento da História de Getúlio Vargas e Erechim.

A toda equipe diretiva da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) Getúlio Vargas, em especial Ana Filippon, Dinamar Gregio e Marli Galina pelo apoio e incentivo que me deram ao liberar-me de frequentar as aulas no decorrer do Mestrado. Imensamente agradecida pela ajuda, dedicação e gentileza das minhas colegas de trabalho: Fabiana Fagundes, Gisiane dos Santos, Juciane Lemos, Luana Gorrosterrazú Webber e Patricia Simioni, que ficaram com meus alunos no tempo em que precisei me ausentar para a pesquisa.

Às minhas amigas de sala, pela companhia nos congressos, pelo fornecimento e transporte de materiais indispensáveis para a realização deste trabalho. Dedico especialmente à minha amiga e colega Glaucia Zinani, que me ajudou pacientemente nas horas difíceis, meu agradecimento com carinho.

Ao meu amor Anderson Klinkoski, sempre presente, por dividir os seus sonhos, compartilhar minhas tristezas, enxugar minhas lágrimas, entender meus anseios, pelo amor que vivemos juntos, por me fazer feliz com sua existência.

À Idiane, Idinéia, Viviane e Vanessa, irmãs a quem eu tenho mais que bem-querer. Obrigada pelo carinho, lealdade, cumplicidade e afeto demonstrados nos momentos em que mais precisei.

Finalmente, agradeço aos meus pais Vilson Inacio Mokfa e Irdes Rossato Mokfa, por terem feito o impossível por mim durante toda minha vida. Pelo suporte incondicional enquanto luto pelos meus sonhos. Por terem me dado asas e me ensinado a voar. Imensamente agradecida aos meus sogros Antônio Klinkoski e Neiva Klinkoski, pelo conforto e apoio durante minha graduação e nesses dois anos de Mestrado.

RESUMO

Abordar o processo de imigração e colonização a partir das imagens fotográficas tem revelado particularidades sobre a representação dos/e sobre os núcleos coloniais. No presente estudo, analisam-se as imagens fotográficas da colônia Getúlio Vargas, parte da colônia Erechim, hoje município de Getúlio Vargas, localizada no norte do Rio Grande do Sul, no período de 1908 a 1954. O recorte temporal estabelecido pela pesquisa corresponde ao período em que os imigrantes e migrantes começaram a se estabelecer na colônia; em seguida, ocorre o processo de colonização e desenvolvimento. Trata-se da análise de um conjunto de trinta e nove fotografias que se encontram sob a guarda do Arquivo Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas, cuja temática são as mudanças e permanências do espaço rural e urbano da colônia Getúlio Vargas e seus sujeitos, colonos e imigrantes que povoaram esse local. Justifica-se o recorte temático pela relevância e carência de estudos nessa linha e a disponibilidade desse acervo fotográfico. Partindo do conceito de representação de Chartier (1991), objetiva-se perceber como os fotógrafos representaram a formação da colônia de Getúlio Vargas no que diz respeito aos espaços fotografados, a instalação dos colonos em seus lotes, a correlação entre colonização e ferrovia, a organização do espaço urbano da colônia no início do século XX. A pesquisa permite compreender que os registros feitos pelos fotógrafos constroem narrativas, em imagens fotográficas, sobre a colonização de Getúlio Vargas ao longo de mais de cinquenta anos e deixam para a posteridade as representações desse processo. As fotografias ganham *status* de documento e fonte de pesquisa para recuperar o passado, multiplicar os olhares e descobrir como era a vida naquela época. Apresentou as várias etnias e como elas operaram no universo cotidiano por meio de suas práticas culturais e sociais em meio às suas resistências, conflitos. Procurou-se refletir sobre as representações do processo de colonização na fotografia, sob inspiração das vivências e necessidades de adaptação dos imigrantes que ali se instalaram, como um recurso para a representação visual, para a criação de memórias e para a significação histórica e social.

Palavras-chave: Imigração, colonização, modernização, fotografia, Getúlio Vargas.

ABSTRACT

Addressing the process of immigration and colonization from photographic images has revealed particularities about the representation of / and about the colonial nuclei. In the present study, we analyze the photographic images of the Getúlio Vargas colony, part of the Erechim colony, nowadays Getúlio Vargas municipality, located in the north of Rio Grande do Sul, from 1908 to 1954. The time frame established by the research corresponds to the period when immigrants and migrants began to settle in the colony; Then the process of colonization and development takes place. It is the analysis of a set of thirty nine photographs that are under the custody of the Getúlio Vargas Historical and Geographic Archive, whose theme is the changes and permanence of the rural and urban space of the Getúlio Vargas colony and its subjects, settlers and immigrants who populated this place. The thematic cut is justified by the relevance and lack of studies in this line and the availability of this photographic collection. Starting from the concept of representation of Chartier (1991), the objective is to understand how the photographers represented the formation of Getúlio Vargas colony with respect to the photographed spaces, the settlers' installation in their lots, the correlation between colonization and railroad, organization of the urban space of the colony in the early twentieth century. The research allows us to understand that the records made by photographers build narratives, in photographic images, about the colonization of Getúlio Vargas over more than fifty years and leave for posterity the representations of this process. Photographs gain document and research source status to retrieve the past, multiply their eyes, and discover what life was like back then. He presented the various ethnicities and how they operated in the everyday universe through their cultural and social practices in the midst of their resistances, conflicts. We sought to reflect on the representations of the colonization process in photography, inspired by the experiences and adaptation needs of immigrants who settled there, as a resource for visual representation, for the creation of memories and for historical and social significance.

Keywords: Immigration, colonization, modernization, photography, Getulio Vargas.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1	Localização do município de Getúlio Vargas.....	24
Figura 2	A antiga EFSPRG e o trecho férreo Erechim (RS) – Piratuba (SC).....	27
Figura 3	Documento de compra de lote de terra	34
Figura 4	Estação Erechim (1910).....	35
Figura 5	Colônia Erechim (atual Getúlio Vargas).....	36
Figura 6	Estação Ferroviária Erechim (atual município de Estação).....	37
Figura 7	Demarcação das terras: 1	40
Figura 8	Demarcação das terras: 2	41
Figura 9	Início do povoamento em Erechim (atual Getúlio Vargas) 1	42
Figura 10	Início do povoamento em Erechim (atual Getúlio Vargas) 2	42
Figura 11	Boa Vista – Erechim	43
Figura 12	As três casas da Comissão de Terras	44
Figura 13	Vista parcial de Getúlio Vargas na sede da Colônia de Erechim	45
Figura 14	Comunidade comemorando a emancipação de Getúlio Vargas	47
Figura 15	Sede do Clube Aliança.....	48
Figura 16	Semana da semente	49
Figura 17	Cooperativa de Banha Sant’ Anna Ltda.....	50
Figura 18	A chegada da Sociedade Italiana	53
Figura 19	Festa de imigrantes na Colônia	54
Figura 20	Família Kreische em sua primeira residência no interior de Getúlio Vargas 1914)	55
Figura 21	Hospital São Roque.....	56
Figura 22	Livro Ata do Hospital São Roque 1945.....	56
Figura 23	Primeira missa na Colônia	57
Figura 24	Festa religiosa igreja católica de madeira	58
Figura 25	Início da construção da igreja matriz	59
Figura 26	Processo de construção da igreja matriz	59
Figura 27	Trabalhadores responsáveis pela obra de edificação da nova igreja em frente ao Colégio Santa Clara.....	60
Figura 28	Igreja Matriz.....	60
Figura 29	Turma que frequentava	62
Figura 30	Modelo de escola na Colônia.....	62

Figura 31	Início da Construção do Colégio Santa Clara	62
Figura 32	Colégio Santa Clara	63
Figura 33	Escola Estadual Padre Manoel da Nóbrega	63
Figura 34	Praça General Flores da Cunha.....	64
Figura 35	Chafariz na Praça Flores da Cunha.....	65
Figura 36	Tabela do povoado da Colônia Getúlio Vargas e seus distritos.....	66
Figura 37	Ônibus que fazia a linha Erebango, Estação e Getúlio Vargas.....	67
Figura 38	Mapa Município de Getúlio Vargas.....	68
Figura 39	Mapa de Getúlio Vargas, 1952	69

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EFSPRG	Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, também conhecida como Itararé-Uruguaí
FUPF	Fundação Universidade de Passo Fundo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGGV	Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas
ICA	<i>Jewish Colonization Association</i>
PRR	Partido Republicano Rio-grandense
RS	Rio Grande do Sul
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 AS COLÔNIAS NOVAS NO NORTE RIO-GRANDENSE E A FORMAÇÃO DA COLÔNIA GETÚLIO VARGAS	18
1.1 Imigração e colonização no Rio Grande do Sul	18
1.2 A formação de Getúlio Vargas: colônia e município	21
1.3 A ferrovia e a colonização	25
2 A COLÔNIA DE GETÚLIO VARGAS EM FOTOGRAFIAS.....	31
2.1 Organização metodológica das imagens	31
2.2 Séries 1: fotografias da formação da colônia e a instalação dos colonos	33
2.2.1 Eixo A: Formação e colonização no espaço urbano	33
2.2.2 Eixo B: Política e Economia	46
3 O ESPAÇO URBANO EM DESENVOLVIMENTO	52
3.1 Imigrantes e colonos: elementos culturais e práticas cotidianas	52
3.1.1 O desenvolvimento na área da saúde na colônia Getúlio Vargas	55
3.1.2 A instituição religiosa na colônia Getúlio Vargas	57
3.1.3 As primeiras escolas na colônia Getúlio Vargas.....	61
3.1.4 O lazer na colônia Getúlio Vargas	64
3.1.5 O crescimento populacional da colônia Getúlio Vargas	65
CONCLUSÃO	71
REFERÊNCIAS	74

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo apresentar as fotografias da colonização e de imigrantes que se estabeleceram na colônia de Erechim, norte do Rio Grande do Sul, tendo como recorte sua primeira sede, posteriormente denominada Getúlio Vargas. O recorte temporal de estudo vai de 1908 a 1954, ou seja, da formação da colônia, emancipação e o início do desenvolvimento do espaço urbano. Tem por objetivo analisar como os fotógrafos representaram a formação da sede da colônia Erechim, que deu origem ao município de Getúlio Vargas, no que diz respeito aos espaços fotografados, à instalação dos colonos em seus lotes e à articulação da colônia com a ferrovia e à formação do espaço urbano, tomando-se por base o povoamento da região, inicialmente habitada por indígenas que foram substituídos pelos imigrantes e pelos descendentes destes.

O município de Getúlio Vargas desmembrou-se de Erechim e foi emancipado em 18 de dezembro de 1934, com área territorial de 286,566 km², situada a 27 km a Sul-Leste de Erechim. Segundo os dados do IBGE, para o ano de 2018, a população foi estimada em 16.240 habitantes.¹ Limita-se com os municípios de Estação, Floriano Peixoto e Erebangó.

A opção temática deste estudo decorreu do interesse pela história da região, com o objetivo de compreender a trajetória socioeconômica vivenciada pelos primeiros imigrantes e colonos desse local, tendo em vista a lacuna de estudos abordando especificamente Getúlio Vargas e, menos ainda, valendo-se da leitura e análise de fotografias. Assim, pretende-se contribuir para o estudo sobre a formação das colônias novas pela iniciativa pública e seu desenvolvimento decorrente.

O presente estudo busca responder aos seguintes questionamentos: como os colonos se ajustaram na nova colônia? O que é possível dizer sobre uma comunidade a partir das fotografias produzidas por ela/nela? Logo, busca-se investigar como a colônia e seus colonos foram representados em imagens fotográficas, produzindo a presença de uma ausência (CHARTIER, 1990).

A colonização e a imigração situam-se, no presente trabalho, como fio condutor para leitura e análise das imagens. Pretende-se compreender os desdobramentos em relação à vinda dos imigrantes que se estabeleceram na colônia Getúlio Vargas, ao longo da primeira metade do século XX, por meio da análise e da interpretação de fotografias.

¹ IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/getulio-vargas/panorama>>. Acesso em: 25 jan. 2019

Realizou-se pesquisa de campo na busca de materiais em diversos locais, além do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas, Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font de Erechim, Arquivos da prefeitura de Getúlio Vargas (Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto), Hemerotecas do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas; coleção do jornal *A Folha Regional*, acervos Foto Balzan, acervo Foto Central, suplementos de aniversários do município de Getúlio Vargas. Edições de dezembro dos anos de 1999 a 2013, número avulso do jornal *O Getuliense*, de 17 de abril de 1937, órgãos oficiais consultados, IBGE, Prefeitura de Getúlio Vargas. Além disso, fontes bibliográficas e periódicos.

A partir da segunda metade do século XX, o número de fototecas e arquivos históricos que permitem a salvaguarda de fotografias cresceu, tornando possível o acesso do público em geral tanto às coleções e álbuns públicos quanto aos conjuntos de fotos privadas. É esse o caso do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas (IHGGV)², localizado em Getúlio Vargas, RS, no qual se encontram vários negativos em vidro, filmes, positivos em papel e fotografias doadas por famílias locais, documentos diversos sobre a colonização da região. Parte desse acervo é fonte para esta pesquisa. As fotografias dos antigos moradores de Getúlio Vargas, ao deixarem de circular no espaço privado, foram doadas e passaram a integrar o acervo do IHGGV. Assim, as fotografias deixaram de pertencer ao circuito privado para “participarem de um intercâmbio de um mundo visível e invisível” (POMIAN, 1984, p. 66), permitindo conhecer esses espaços, bem como pequena colônia de Getúlio Vargas, inicialmente registrada nas imagens –feitas pelos primeiros fotógrafos itinerantes –de retratos de famílias em suas propriedades, rua de chão batido, primeiras casas, Igrejas, escolas, hospital e estação ferroviária.

A abordagem sobre a mobilidade populacional parte dos pressupostos de A. Sayad (1998, p. 16), para quem a imigração consiste em “um fato social completo, pois há o emigrante, aquele que saiu de sua própria sociedade, e há o imigrante, aquele que chegou a uma terra de estranhos, e ambos são a mesma e única pessoa, mas muitas vezes eles viram alvo de disputas políticas pelo lado mais conservador da sociedade, que vê nele um ‘invasor’”. Já P. Raison (1986, p. 488) define a migração “como qualquer deslocamento individual ou coletivo de um ponto para outro. Em contextos diversos, tem por finalidade última a busca de melhores condições de sobrevivência.” Analisando os fluxos migratórios que têm como destino a América Latina, Klein (2000) aponta que as condições econômicas constituem o fator de expulsão mais importante à medida que afetam diretamente a sobrevivência das famílias.

² O IHGGV é uma instituição de pesquisa formada por membros da sociedade local, fundado em 14 de junho de 1995.

Os estudos tratando dos processos de imigração e colonização no Rio Grande do Sul são diversos, destacando-se o clássico de Roche (1969), que aborda a colonização alemã em seus múltiplos aspectos. Já em relação à imigração italiana, destacam-se os trabalhos de Herédia (2010), que analisa a formação da força de trabalho decorrente dos processos migratórios na região colonial italiana.

Iotti (1996) retrata o fenômeno da imigração no século XIX e no início do século XX, vinculado às mudanças decorrentes da expansão capitalista e às novas formas de produção. Especificamente, no Brasil, a vinda desses italianos está relacionada à substituição da mão de obra escrava e à política da colonização imperial; na Itália, há um descarte de população pobre. O autor analisa os primeiros registros e os objetivos dessa migração, como povoar, criar núcleos destinados à produção, à ocupação territorial e ao fornecimento de gêneros para o mercado interno urbano.

Em relação à região norte do estado, aos múltiplos atores presentes, aos embates na colonização e à formação histórica de Erechim, incluindo o então distrito sede, hoje Getúlio Vargas, são diversas as pesquisas, prevalecendo os estudos de história local, em que as fotografias são utilizadas como ilustração – raramente como objeto de estudo. Destaca-se o trabalho de Ducatti Neto (1981), que discute sobre a vida dos imigrantes italianos que povoaram o estado do Rio Grande do Sul, obra de grande importância para a pesquisa. Analisa a entrada de imigrantes, a localização e a distribuição de lotes. Aborda a colonização oficial, o povoamento, as estradas e uma série de documentos e relatórios citados na presente pesquisa.

Foi essencial a leitura de parte da obra de Chiaparini (2012), de Cassol e Fabris (2014), historiadores locais que embasaram as análises feitas e possibilitaram compreender a formação da colônia e seu impacto aos diversos grupos étnicos presentes.

Cima (2002), cuja obra trata de um protagonista na história de Erechim no período de 1926 a 1950: o personagem padre Benjamin Busato, em que discorre sobre sua biografia; depois, o envolvimento político e, por último, suas relações com a Igreja Católica; trata-se de um sujeito com muita influência no município, onde organizou serviços e entidades sociais, como religioso e como cidadão, em meio a um contexto histórico em que a todo momento se disputava espaço político ou religioso. Destaca-se seu envolvimento maior com momentos políticos do que com sua função enquanto religioso.

Quanto aos estudos acadêmicos, Giaretta (2008) enfatiza a ocupação e colonização do povoado de Formigas, entre 1908 e 1960, afirmando que a região do Alto Uruguai iniciou o processo de privatização da terra em 1908 com base no plano do governo positivista. No entanto, em 1950 e 1960, uma nova política econômica afetou o Brasil e negou o acesso à terra

de parcela da população do campo. A pesquisa permite conhecer e compreender, além dos fatores que dinamizaram a colônia Erechim e secção Formigas, a história silenciada das primeiras etnias que ocuparam a região do Alto Uruguai.

Gritti (1980; 2014) trata da *Jewish Colonization Association* (ICA), uma companhia privada de colonização judaica que atuou no início da segunda década do século XX. Esse grupo que veio, em sua maioria, do leste europeu, sob o patrocínio da (ICA), foi chegando aos poucos; alguns vieram das colônias agrícolas da ICA na Argentina e de outros locais, estabelecendo-se na Fazenda Quatro Irmãos, situada na região do Alto Uruguai; no norte do estado gaúcho, a 30 km de Paiol Grande, atual cidade de Erechim. A autora aborda a sociedade dos anos 1909, quando a ICA compra as terras, e se estende até 1962, período em que a companhia *Jewish Colonization Association* encerra suas atividades. Investiga como uma poderosa companhia não obtém êxito em suas atividades agrícolas, abandonando, pois, a colônia.

O uso de fotografias nos estudos sobre imigração e colonização vem crescendo recentemente. Um estudo que aborda os fotógrafos estrangeiros em espaços de colonização, já nos primórdios do século XX, é de Canabarro (2004). O estúdio Beck foi abordado pelo viés da cultura fotográfica, está localizado na região noroeste do estado do RS e foi fundado por um imigrante europeu. Trata-se de uma discussão que revela a cultura fotográfica como essencial para entender o espaço e o tempo da produção fotográfica, as negociações envolvidas, seu contexto e o lócus na cultura fotográfica da região Sul do Brasil.

Outro estudo que explora a fotografia como meio de propaganda para imigração e colonização é de autoria de Neumann (2009). Este trabalho revela como o espaço colonial foi pensado e construído, bem como a venda dessa imagem pela colonizadora Meyer através da propaganda.

O trabalho de Betinardi (2015) discute as representações de modernização construídas pelos fotógrafos de ascendência italiana Domingos e Reno Mancuso, tendo como suporte a fotografia. O cenário é a colônia/cidade de Caxias do Sul na primeira metade do século XX. Trata-se de um conjunto de 190 fotografias que têm como temática central as mudanças e permanências verificadas no centro urbano de Caxias, registrando sua passagem de sede colonial para urbe moderna.

Em termos teórico-metodológicos, parte-se do estudo de Kossoy (2002), que entende a imagem fotográfica como documento/representação, a qual contém em si realidades e ficções – a representação de um instante, recortado e congelado pelo ato fotográfico. Apesar dessas particularidades, a imagem fotográfica fornece provas, indícios e funciona como documento

iconográfico acerca de uma dada realidade, um testemunho que contém evidências sobre algo que em algum momento existiu.

Por sua vez, Burke (2004) discute o ato fotográfico, ou seja, a imagem fotográfica como resultado do recorte de um contexto maior realizado pelo fotógrafo, no momento em que seleciona a cena, eternizando-a no suporte fotografia. Para o autor, as imagens são testemunhas mudas e, exatamente por isso, o caminho para a sua caracterização requer também uma consciência de que elas não são a realidade histórica de si; as fotografias imprimem porções da realidade.

Já Mauad (1996) afirma que a fotografia, enquanto imagem/documento, constitui um símbolo do que foi estabelecido como visual para ser eterno ou seja, a fotografia como uma mensagem que se elabora através do tempo, tanto como imagem/monumento quanto como imagem/documento.

Monteiro (2006) aborda a relação entre história, fotografia e cidade na tentativa de propor novas perspectivas de abordagem e questões teórico-metodológicas para a produção do conhecimento histórico.

As imagens fotográficas serão tratadas como uma realidade construída, isto é, uma representação, na perspectiva de Chartier. A “representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma ‘imagem’ capaz de reconstituir em memória e figurar tal como ele é” – a presença de uma ausência (CHARTIER, 1990, p. 20).

Enquanto fonte documental, a fotografia serve para traçar um paralelo com a realidade aparente, ressaltando os elementos concretos da imagem, a partir da compreensão do seu conteúdo. Enquanto fonte reflexiva, ela exige do espectador/pesquisador a exploração de seu aspecto simbólico e uma interpretação crítica do universo cultural que apresenta. Segundo Canabarro (2011, p. 6):

A sociedade vista pela fotografia é apresentada em perspectivas fragmentárias, é como um grande quebra cabeça, são pequenas partes que aproximadas nos oferecem uma visão de sua complexidade, mas de uma forma descontínua, é preciso entender a visualidade de um determinado período para termos uma visão mais detalhada. Cada fotógrafo contribui de alguma forma para formar este grande mosaico. A própria imagem também acompanha as distintas fases que a sociedade atravessa, como é um produto cultural ela está associada a suas diferentes formas de apresentação, ou seja, registra a perspectiva de como era vista a sociedade em uma determinada época, bem como as suas representações.

As representações iconográficas da sede da colônia de Erechim ocupam-se em representar a modernidade e o progresso representados naquele contexto pela ferrovia. A

ferrovia deu sustentação ao projeto de colonização transportando os imigrantes expulsos dos seus locais de origem até as matas do rio Uruguai, além de servir de fronteira e de via para escoar a produção.

Desde a condição de sede de colônia, rural e arcaica, até atingir o *status* de cidade, urbana e industrial, Getúlio Vargas passou por um processo de modernização. O objeto central do presente estudo é compreender e analisar a representação em imagens fotográficas desse processo de colonização e modernização atravessado pela imigração e colonização, considerando o contexto histórico e sociocultural que abrange as relações de ruptura e continuidade. As imagens fotográficas permitem mapear e acompanhar a construção dessa narrativa da modernização rumo ao progresso.

Os primeiros registros fotográficos da colônia de Getúlio Vargas foram produzidos para eternizar fatos relevantes – inaugurações, conquistas, comemorações – sem nenhuma pretensão consciente de registrar a história. Os fotógrafos itinerantes e estabelecidos fotografaram aspectos da paisagem urbana, rural e do meio sociocultural da colônia-município ao longo de mais de quarenta e seis anos (1908-1954). O acervo formado a partir dessas fotografias, em sua maioria, não informa o fotógrafo, nem local ou data. Todavia, o cruzamento de dados e a descrição dos espaços registrados permitem datar de forma aproximada esse material.

A fotografia ao ser observada revela aspectos culturais e ideológicos ao indivíduo retratado e de um outro modo, bem como do fotógrafo, que no momento não sabemos se ele queria mostrar o real da cena ou teatralizar o cenário. Este, ainda que esteja empenhado em retratar a realidade, no ato de escolher um tipo de enquadramento e não outro, ou seja, de decidir como a fotografia será realizada, está registrando suas preferências estéticas e seus gostos que culminam por impor padrões aos seus temas (SONTAG, 2004, p. 6). Nesse sentido, a imagem fotográfica consiste em uma escolha realizada ou a uma influência ideológica.

Para a seleção e análise das fotografias, partiu-se da metodologia proposta por Mauad (1996), buscando a delimitação de uma coleção de imagens significativa e representativa do recorte temático proposto, em relação ao acervo maior, realizou-se a caracterização das fotografias a partir de elementos culturais relacionados aos planos da expressão e aos planos de conteúdo. Os assuntos levantados a partir da coleção foram agrupados em temas, separados por séries em um corte cronológico de 1908 a 1954. Essas fotografias foram contadas e classificadas, resultando, para as fotografias preto e branco, os seguintes temas e fotos: vistas locais – 20 fotos; religião – 25 fotos; esporte – 30 fotos; festividades – 34 fotos; educação – 55 fotos; civismo – 40 fotos; ferrovia – 40 fotos; retratos – 55 fotos, totalizando 300 imagens. Para o presente trabalho, foram escolhidas 32 fotografias que trazem como temática central a

colônia, rural e arcaica, até atingir o *status* de cidade, urbana e industrial, para serem analisadas. Cabe assinalar a presença no acervo de múltiplas reproduções de uma mesma imagem fotográfica, aumentando o número de unidades, mas não de temáticas. A repetição das imagens fotográficas, verificada no acervo total, levou a elencar parte das imagens com temáticas semelhantes, o que permite uma análise concisa e fornece indícios suficientes para o exercício de interpretação e análise. Buscou-se reunir e cruzar a análise das imagens com documentos textuais sobre a história da região, com o objetivo de contextualizar a realidade local.

A análise dos atributos icônicos para o historiador tem como pré-requisito o conhecimento do objeto de investigação – cidade, personalidades, acontecimentos.

A imagem fotográfica deve ser analisada como um documento/ monumento onde documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que ai detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite a memória coletiva recuperá-la e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 2003, p. 546).

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, procura-se situar a região e a formação da colônia Erechim e sua sede, atual configuração do município de Getúlio Vargas, localizado no norte do Rio Grande do Sul, (re) ocupado e colonizado a partir de 1908, mostrando a atuação dos imigrantes/migrantes vindos do exterior e de outras regiões do estado. Lembrando que, ao final do século XIX e início do século XX, havia muito interesse pelas terras na região devido à diversidade de espécies de madeiras encontradas e erva-mate, o que proporcionava bons negócios aos especuladores. Ao desmembrar os elementos que caracterizam a modernidade e, ao passo em que são identificadas as estruturas que delineiam o processo de desenvolvimento/modernização, procura-se pontuar esse conceito e relacioná-lo ao locus da pesquisa, ou seja, a estrada de ferro que contribuiu para a colonização e criação do núcleo urbano de Getúlio Vargas.

No segundo capítulo, realiza-se a leitura e análise do conjunto fotográfico no recorte de 1908 a 1934, que corresponde ao período da formação da colônia. A partir da análise dessas imagens, é possível perceber que os fotógrafos privilegiaram, como um primeiro cenário, a instalação dos colonos em seus lotes coloniais e o espaço urbano em desenvolvimento. No que diz respeito aos descritores formais, todas as fotografias apresentam os mesmos padrões relativos a: tamanho (9x12cm e 13x18cm), suporte (positivo em papel) e cor (preto e branco / sépia). A “Série 1” é composta por 11 fotografias, produzidas entre 1908 e 1934, uma boa parte por fotógrafo não identificado.

O terceiro capítulo corresponde à descrição das imagens no recorte temporal de 1934 a 1954. Trata-se dos elementos que caracterizam o crescimento populacional do município e a delimitação da cidade, marcada pela modernidade. São estabelecidas as relações pertinentes entre a modernidade, com base nas obras de autores como Hobsbawn e Bermam, dentre outros, e os elementos desencadeados pelas revoluções que deram partida à era moderna. Procura-se pontuar esse conceito e relacioná-lo com o lócus da pesquisa, ou seja, da colônia para a cidade de Getúlio Vargas. Ressaltam-se as modificações e inovações ocorridas ao longo da primeira metade do século passado. Igualmente, as aproximações da fotografia enquanto atividade originária do contexto da modernidade e o lugar que esta ocupa em meio aos imigrantes que foram se instalando.

Logo após a discussão e conclusões gerais dos resultados obtidos, confrontando-os com a literatura revista e as análises, propõem-se hipóteses para os resultados divergentes, expõem-se as limitações do estudo e apresentam-se possibilidades para futuras investigações de apresentar fotográficas de 1954 até 2000, período em que ocorre o crescimento da industrialização, da comercialização, das escolas e, sobretudo, do nível populacional.

1 AS COLÔNIAS NOVAS NO NORTE RIO-GRANDENSE E A FORMAÇÃO DA COLÔNIA GETÚLIO VARGAS

Este capítulo trata da formação das colônias novas na região norte do Rio Grande do Sul, no início do século XX, via atuação do Estado. Após apresentar um panorama geral desse processo, o foco concentra-se na formação de Getúlio Vargas, então distrito sede da colônia Erechim, onde foram alocados imigrantes europeus e colonos provenientes das colônias velhas de colonização alemã e italiana.

1.1 Imigração e colonização no rio grande do sul

A emigração europeia direcionou-se à América no decorrer do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, prevalecendo como destino principal os Estados Unidos, Canadá, Brasil e Argentina. Entre 1881 e 1915, cerca de 31 milhões de imigrantes chegaram à América; destes, os Estados Unidos eram o principal receptor, recebendo 70% desses imigrantes (KLEIN, 2000). Numa época de escassez e exploração, a “emigração torna-se libertação. A libertação da necessidade e, se não do trabalho, da exploração, elementos essenciais em que se resume a ‘vida campestre’” (FRANZINA, 2006, p. 322).

Os emigrantes viram no Brasil a oportunidade e as condições de encontrar uma vida melhor. Muitos europeus saíram da Alemanha e Itália, pois milhões de pequenos camponeses e artesãos se encontraram desempregados em consequência das transformações na agricultura, do aumento populacional e do processo de industrialização e estavam dispostos a emigrar para escapar da fome e da miséria.

A região norte do estado, conhecida como “Sertão do Alto Uruguai”, estendia-se até as margens dos rios Pelotas e Uruguai e integrava o município de Passo Fundo. Na última década do século XIX, os comerciantes de erva-mate recorreram às florestas do Alto Uruguai em busca da matéria-prima praticamente esgotada no Planalto Médio. Colhido pelos caboclos e índios ervateiros, o produto era transportado até Passo Fundo, depois seguia para Rio Pardo e outros centros comerciais. No início da República,

o incentivo à imigração era parte da proposta positivista para implantação de um projeto modernizador que inserisse o Rio Grande do Sul num modelo de produção capitalista, baseado na pequena propriedade colonizada por imigrantes europeus. Esses representavam, para o governo positivista gaúcho, o elemento civilizador dessa região, até então reduto das populações nativas. (CARON, 2009, p. 180).

O norte do Estado contava com a presença de toldos indígenas e uma numerosa população de caboclos que ocupavam as terras públicas de forma precária, vivendo basicamente de uma pequena agricultura de subsistência e do extrativismo da erva-mate (TEDESCO, 2017). Radin (2009) utiliza a categoria “ocupação” para designar o período anterior à colonização, condizente ao espaço do indígena e do caboclo.

Aos olhos do Império e, posteriormente, ao governo republicano, essas terras eram desocupadas e improdutivas; logo, abertas à instalação de colônias para receber imigrantes europeus e o excedente colonial das colônias velhas.

[...] os colonos europeus eram tidos como os portadores das habilidades e da capacidade de modernização desejada para a agricultura das terras “vazias” e improdutivas do Império. Enquanto isso, índios e caboclos, com seus roçados e atividades extrativistas, representavam tudo o que havia de selvagem e atrasado no sertão da província. (BRAGA, 2007, p. 65).

Com a Lei de Terras a partir de 1850³, foi cessando o regime de apropriação de áreas de terra via apossamento e instituiu-se a comercialização da terra. Os imigrantes, a partir de então,

³ A Lei n. 601, de 18/09/1850, visava à regularização fundiária, definia terras devolutas e seu acesso por compra no regime da colonização; o decreto de 30/01/1854, que regulamentou aquela Lei, denominada “de terras”, consolidou a colonização em terras devolutas (ou públicas) e a imigração direcionada e, em parte, subsidiada –

passaram a pagá-la; com isso, limitou-se o acesso, abrindo-se o mercado de terras para projetos de colonização. “A Lei foi fruto de longos debates dos homens no parlamento e acabou obedecendo a uma tese muito em moda na época, [...] dever-se-ia dificultar o acesso a terra como de obrigar os lavradores, os sem-terra e os próprios imigrantes a trabalhar para os grandes proprietários.” (ZARTH, 2002, p. 76). Grandes extensões de terras foram legalizadas pelo sistema de posse tendo por base a Lei de Terra de 1850. Conforme Ferrari (2014), no final do século XIX e início do século XX, tinha-se o entendimento de que seria legítimo “tomar para si aquilo que era considerado abandono, no caso as terras.”

O desenvolvimento da região norte rio-grandense esteve ligado a várias nacionalidades; portanto, a imigração representou o instrumento de povoação. Muitos imigrantes tinham como propósito a manutenção dos padrões culturais. Por isso, o colono buscava avaliar as condições da região em que poderia construir uma comunidade de acordo com sua cultura.

Pode-se afirmar, segundo Giron e Corsetti (1990), que a maior parte do estado do Rio Grande do Sul foi colonizada por companhias particulares. A maioria absoluta dessas companhias colonizadoras tinha como proprietários descendentes de imigrantes europeus, especialmente, alemães, italianos e portugueses. Assim, assegura-se que “foram, sobretudo as companhias de colonização de caráter privado as principais responsáveis pela estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, as quais, baseando-se no sistema de colonização do período imperial, retalharam o estado com dezenas de núcleos coloniais.” (GIRON; CORSETTI, 1990, p. 152).

Para Sayad (1998, p. 55), “foi o trabalho que fez ‘nascer’ o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz ‘morrer’ o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser.” Segundo Sayad (1998, p. 54), “um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisório, temporário, em trânsito” No caso em estudo, a disponibilidade de terras para colonização era o termômetro para imigração. Assim que a disponibilidade de terras se demonstrou limitada, houve o freamento da entrada de novos imigrantes, privilegiando a alocação do excedente populacional das zonas de colonização antigas.

Já Raison (1986, p. 488) entende a imigração como “qualquer deslocação individual ou coletiva de um ponto a outro. Em contextos diversos, tem por finalidade a busca de melhores condições de sobrevivência.” Na visão de Klein (1999, p. 13), a maioria dos migrantes não deseja abandonar suas casas, nem suas propriedades. “Se estes pudessem escolher, todos com exceção dos poucos que anseiam por mudança e aventuras, permaneceriam em seus locais de origem.” Assim, o migrante vive numa constante dialética de expulsão e atração.

fato que aponta para a separação dos dois sistemas de exploração agrícola: o latifúndio escravista e a propriedade familiar.

O projeto de imigração e colonização do Império consistiu em criar unidades coloniais em terras devolutas, sendo os imigrantes assentados em núcleos delimitados, onde poderiam construir relações de solidariedade e espaços de sociabilidade, unidos por seus traços culturais, sua língua e seus costumes. No decorrer do século XIX, o governo imperial utilizou como estratégia a concessão de várias vantagens aos imigrantes; dentre elas, o pagamento das passagens da Europa ao Brasil, o recebimento de porções de terra, de alguns animais para iniciar a pecuária (como cavalos, bois e porcos), auxílio financeiro por um ano, ou prestação de serviços ao Estado construindo estradas, caminhos e outras obras através de remuneração para se manter até que o lote começasse a gerar uma produção mais efetiva.

Os indivíduos que ocupam os lotes de terras no Sul do Brasil, nas denominadas colônias, foram denominados de colonos. “A palavra ‘colono’ foi uma categoria administrativa estabelecida pelas autoridades do Império a esses imigrantes e assimilada pelos agricultores como sinal positivo na construção da identidade.” (DORIGAN; RENK, 2013, p. 13). Segundo Silva (2011, p. 136), “ser colono, sob a ótica dos governantes, era equivalente a ser pequeno proprietário agrícola, fixado a terra, respeitador das leis e das autoridades e, sobretudo, ser um produtor de gêneros voltados a ‘avolumar as rendas do Estado’”. Nesse sentido, “ser colono não significa apenas ser um agricultor que cultiva a terra, mas comportar-se de acordo com um conjunto de valores simbólicos e práticas culturais identificadas com o modo de vida colonial” (SCHNEIDER, 2004, p. 149).

Já Giron (1996, p. 116-117) considera que:

A palavra imigração é nova em seu uso e antiga em sua origem. Foi no final do século XIX que seu uso se vulgarizou. Migrar deriva do latim e significa sair, mudar, ir embora. Mas o uso do termo imigração no sentido de entrar em outro território, e emigração no sentido de sair de determinado lugar, está ligado aos movimentos populacionais que se aceleraram no século XIX. O deslocamento da população de um país para outro ou de um continente para outro não é fato novo. [...] a imigração alemã realizada no período inicial da emancipação político-brasileira recebeu essa denominação no século XX. Os documentos oficiais do período não utilizam a palavra imigração ou colônia. Os alemães residentes no Brasil passaram a ser tratados como colonos por serem moradores das colônias criadas pelo Império brasileiro e de imigrantes na Historiografia contemporânea.

Partindo desses conceitos, compreende-se a chegada desses ditos imigrantes à colônia Getúlio Vargas (Erechim) e que se tornaram colonos porque se instalaram em pequenos lotes de terra, desbravando-os, explorando-os e cultivando-os sem auxílio de qualquer mão de obra estranha. Jean Roche destaca que ocorreu um rápido desenvolvimento da Colônia Erechim, o primeiro motivo foi por causa da via férrea de Santa Maria e São Paulo, que impulsionou a economia principalmente os produtos agrícolas facilitando o impulso demográfico.

1.2 A formação de Getúlio Vargas: colônia e município

A área de terras devolutas delimitada pelo Estado para instalar a colônia de Erechim pertencia ao município de Passo Fundo.

Antes da criação da colônia Erechim, a municipalidade de Passo Fundo, em 21 de outubro de 1902, criou o sétimo distrito, com sede em Capoerê. No mesmo ano, foi nomeado Domingos Alves Duarte Telhada para administrar o distrito criado por possuir uma área muito extensa e para facilitar a ação da polícia e do fisco. Por ser espaço distante da sede e local onde a população se concentrava para extrair a erva-mate e possuir também aldeamentos de indígenas nas proximidades, criou-se essa colônia, com sede, primeiramente, em Capoerê. (CASSOL, 1979, p. 32).

Consta que Capoerê significa “campo do meio”, enquanto Erechim quer dizer “campo pequeno” (STUMPF; RANZOLIN, 1952). A chegada, via ferrovia, dos primeiros imigrantes e seus descendentes na colônia Erechim foi coordenada pela Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo, a partir de sua atuação efetiva em 1907, à qual coube

[...] a tarefa de planejar e executar inúmeros projetos na então chamada região de matas, com o Médio e Alto Uruguai. A abertura de vias de penetração, o controle de acesso à terra, a organização de vilas, a legitimação de posses antigas eram algumas de suas contribuições. No ano de 1907, Lindolpho Silva realiza, a serviço do governo do Estado, um roteiro pelo chamado Sertão do Alto Uruguai. (FABRIS, 2014, p. 17).

Criada por força de Lei, em 6 de outubro de 1908, a Colônia Erechim foi idealizada por Carlos Torres Gonçalves, chefe da Diretoria de Terras e Colonização, órgão do governo do Estado. A escolha do local para instalar sua sede foi delegada ao coronel Severiano de Souza e Almeida, que havia conduzido a instalação da Colônia Jaguari, na região central do Estado. No oitavo dia do mês de julho do ano seguinte, ele determina que a sede do empreendimento seja instalada numa área de 50 hectares cortada pelo rio dos Índios, localizada a 5.587 metros da futura Estação Erechim (FABRIS, 2014, p. 19).

O relatório oficial assinado por Severiano de Almeida registra que o primeiro grupo, formado por “36 colonos - quatro famílias com 28 pessoas e oito solteiros - chegou à sede da Colônia Erechim no dia 6 de fevereiro de 1910. No mesmo ano, passaram pelo barracão de madeira coberto por tabuinhas outros 226 colonos, dos quais 207 permaneceram.” (FABRIS, 2014, p. 20). Em 22 de dezembro de 1910, foi criado o 8º Distrito de Passo Fundo, que integrava o território administrado pela Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo. Tratando do desenvolvimento da colônia Erechim, Pellanda (1925, p. 189) escreveu:

O principal núcleo colonial da região serrana é incontestavelmente este, criado em 6 de outubro de 1908, pelo Estado, e instalado em 1910 com os primeiros 36 colonos, 4 famílias com 28 pessoas e 8 solteiros. Seu desenvolvimento não tem ponto de comparação dentro ou fora de nosso Estado; apenas em 8 anos a sua população aumentou de 32.000 habitantes e a produção, que era nenhuma, se elevou no mesmo espaço de tempo a 3.600:000\$000, dos quais foram exportados 2.574:000\$000. Dez anos apenas depois de fundada, e com oito anos somente de colonização efetiva, foi elevada à categoria de vila em 30 de Abril de 1918. A área total, medida e demarcada, desta colônia era de 105.624 hectares, restando por medir 305.640 hectares em 1912. A sua população em 1921 era de 40.650 habitantes dos quais cerca de 9.000 teuto-brasileiros. A sua receita nesse ano já atingia 128:100\$000.

Corroborando com as constatações de Pellanda (1925), Roche (1969, p. 129) aponta que a colônia pública de Erechim teve um desenvolvimento muito rápido.

[...] 7.500 imigrantes nele se fixaram entre 1910 e 1912. Batendo todos os recordes, a colônia recebeu autonomia municipal em 1918, abrigando 43.000 habitantes em 1920 e 120.000 em 1950. Embora certas zonas tenham sido colonizadas por empresas privadas, Erechim deve muito à Inspetoria de Terras e Colonização, que cadastrou 10.082 lotes rurais (que cobriam 212.796 hectares) e 3.800 lotes urbanos, estabeleceu 868 quilômetros de rodovias e 2.550 quilômetros de caminhos vicinais, construiu 39 pontes e abriu até 20 escolas públicas.

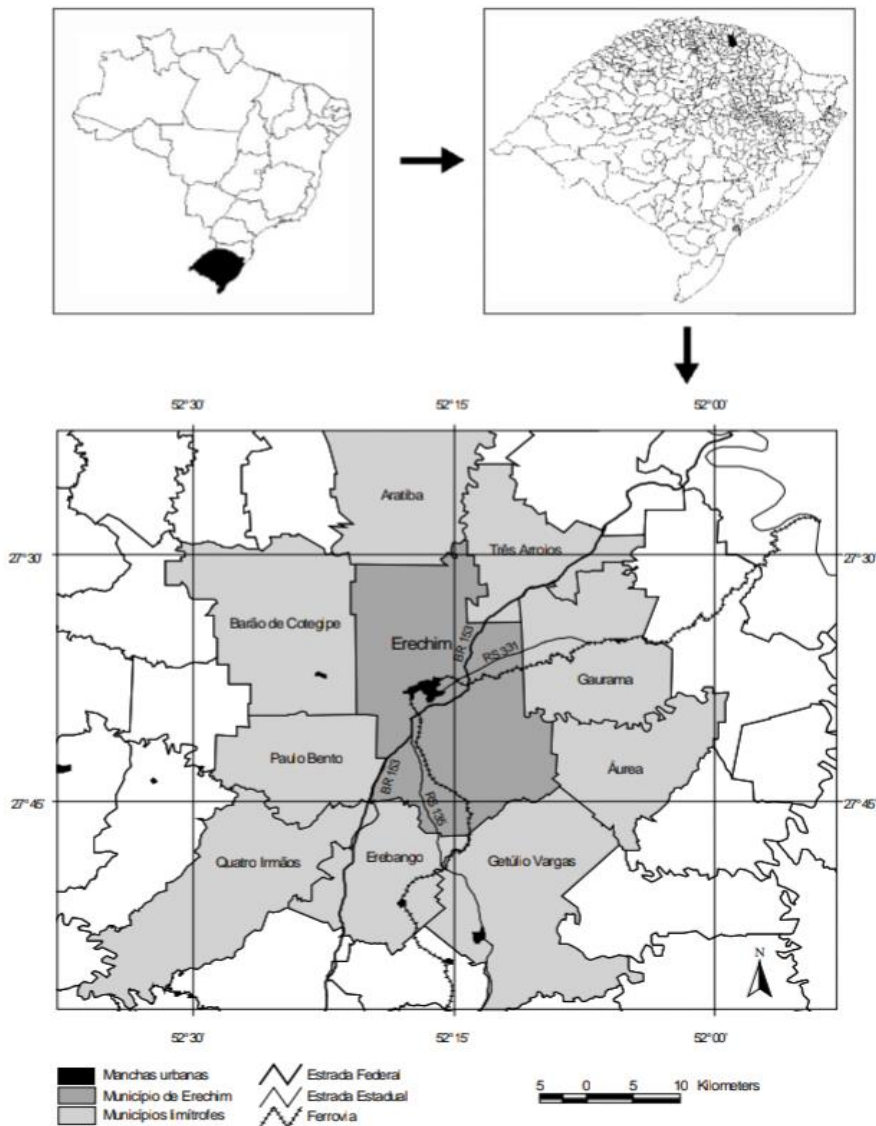
Na Figura 1, está assinalado o território original da colônia Erechim e suas subdivisões atuais, incluindo o município de Getúlio Vargas. Observa-se, também, o traçado da ferrovia, fundamental para a definição da localização das sedes dos distritos coloniais. O traçado da ferrovia, que corria de Capoerê para Balisa, foi desviado em 1909 pelo engenheiro Carlos Torres Gonçalves, com o objetivo de passar por Paiol Grande, local escolhido como sede definitiva da colônia Erechim – então em formação. Com essa mudança de sede para Paiol Grande, a sede anterior – atual Getúlio Vargas – passou a 2º distrito da colônia e, posteriormente, a município de Erechim.

As denominações da colônia Erechim sofreram várias alterações na condição de município. Em 22 de dezembro de 1910, o governo municipal de Passo Fundo, pelo decreto n. 167, constituiu a região de Boa Vista do Erechim em Oitavo Distrito daquela comuna. O município de Erechim foi criado pelo decreto n. 2.342, de 30 de abril de 1918, assinado pelo Presidente do Estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros. A instalação do município deu-se em 30 de junho de 1918, em uma das salas do Escritório da Comissão de Terras e Colonização de Erechim. No decorrer de sua trajetória, a colônia e município tiveram diferentes denominações: Paiol Grande até 30 de abril de 1918; Boa Vista a partir de 30 de abril de 1918; Boa Vista do Erechim a partir de 7 de setembro de 1922; José Bonifácio, com o Decreto n. 7.210, de 5 de abril de 1938, e o Decreto n. 720, de 29 de dezembro de 1944, que muda o nome definitivamente para Erechim.

Segundo Roche (1969), a primeira fase de ocupação da mata da região Centro-Nordeste do estado foi feita por núcleos formados por imigrantes de uma única nacionalidade. São as chamadas colônias velhas. A segunda etapa, ou seja, a ocupação de terras cobertas de mata no norte do estado, no vale do Rio Ijuí e região do Alto Uruguai teve início a partir de 1890 com a fundação de vários núcleos, como o de Erechim, em 1908. São chamados de colônias novas.

Ambas as iniciativas colonizadoras (oficial e particular) tinham um grande objetivo em comum: o de ocupar os grandes “vazios geográficos”, sem levar em conta a existência de povoações e de grupos como os posseiros e os indígenas, que iam sendo expulsos e perdendo seus espaços conforme a colonização chegava às suas regiões.

Figura 1 – Localização do município de Getúlio Vargas



Fonte: Malha municipal digital do Brasil (1:500.000), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2005; Base cartográfica digital do Rio Grande do Sul (1:250.000), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2006. Adaptado por Luciano Marin Lucas – Geógrafo – CREA/RS 125936.

A emancipação do 2º Distrito de Erechim, sob a denominação de Estação Getúlio Vargas, foi concretizada em 18 de dezembro de 1934, com a assinatura do Decreto n. 5.788, autorizando a criação do novo município, cuja sede permaneceu no até então distrito, abrangendo ainda Erebangó, parte do 1º Distrito de Boa Vista do Erechim e, também, Sete de Setembro (Charrua), que integrava o território de Passo Fundo (FABRIS, 2014). O nome para o novo município como Getúlio Vargas foi sugerido pelo presidente da Comissão Emancipatória, Mathias Lorenzon, em homenagem ao presidente da República, sugestão aprovada pelo interventor Federal, General Flores da Cunha. Já em 21 de abril de 1988, o distrito de Estação foi emancipado; com isso, Getúlio Vargas perdeu sua estação de trem, ficando à margem da ferrovia.

A área ocupada pela colônia pública de Erechim caracterizava-se pela presença de terras férteis, cobertas por uma vasta zona florestal. Quanto aos imigrantes e colonos que acorreram ao projeto, caracteriza-se como uma colônia étnica mista, que recebeu alemães, austríacos, poloneses, russos, italianos, suecos, franceses, além da presença maciça de luso-brasileiros. Quanto à produção, os colonos dedicaram-se à cultura de milho, mandioca, batata, erva-mate, cevada, cana-de-açúcar, milho, fumo, trigo, entre outras; a extração de madeira, então abundante e rica em espécies nobres, mais tarde destinada à exportação. Gradualmente, com o aumento da população, na sede da colônia, formou-se um pequeno povoado.

Enfim, a formação da colônia de Getúlio Vargas, e posteriormente o município, está atrelada a uma região de colonização mais ampla, dentro de um discurso que entendia a presença dos colonos e imigrantes como fator de civilização, modernidade e prosperidade.

1.3 A ferrovia e a colonização

O Norte do Rio Grande do Sul tem sua história marcada pela presença da ferrovia, gerando um alto nível de desenvolvimento do Estado e a interligação ao mercado externo, possibilitando o transporte em grandes quantidades e distâncias.

Antes da “revolução das ferrovias” ou da “era das ferrovias”, como assinalado por Eric Hobsbawm (2011), o mundo era extremamente grande para a maioria da população, porém se tornava pequeno, pois o transporte terrestre era muito difícil, feito a pé, por carroças ou cavalos e a maioria da população nascia e permanecia por toda a vida no mesmo local de origem.

As ferrovias representavam uma boa oportunidade de investimento no exterior. Assim, viu-se nos caminhos de ferro uma alternativa e ocasião de novos negócios e lucro garantido. Elas impulsionaram o início da colonização dirigida pelo Estado e efetuada também por

companhias colonizadoras particulares, o que gerou expectativa de grande desenvolvimento econômico quando da sua implantação. Nos arredores das estações ferroviárias, constituíram-se povoados que deram origem a municípios.

A construção de ferrovias desempenhou um papel de suma importância ao desenvolvimento das estruturas da sociedade contemporânea. A força da máquina, movimentada pela energia do carvão e a força do ferro, fez com que as distâncias fossem diminuídas e as paisagens transformadas. Para além de mudanças estruturais, a ferrovia levou significativas modificações simbólicas e ideológicas para todos os cantos do mundo, tornando-se agente de transformação da história, desenvolvimento da economia e também da memória da maioria das sociedades desde o século XIX.

Em 1904, foi iniciada a demarcação das terras de Erechim, em virtude do traçado da ferrovia Itararé (SP) a Santa Maria (RS), cuja estação foi inaugurada em 3 de agosto de 1910, servindo como uma das molas propulsoras ao desenvolvimento da sede da colônia, tornando-a um centro comercial de importância significativa para a região. O trecho da ferrovia de Passo Fundo a Marcelino Ramos foi explorado pela Companhia belga *Compagnie Auxiliaire de Chemins du Fer au Brésil*. Ao longo da estrada, foram construídas estações. Conforme consta na obra “Inventário do Patrimônio Ferroviário do Rio Grande do Sul”, as estações inauguradas em 1910, no trecho partindo de Passo Fundo em direção a Marcelino Ramos, eram as seguintes: Coxilha, considerada uma estação secundária de Passo Fundo; Sertão, Erechim (localizada no atual município de Estação, a partir de 1935 denominada Estação Getúlio Vargas); Erebangó (que possuía um ramal particular até Quatro Irmãos); Capoerê, Paiol Grande (atual município de Erechim); Balisa, Barro (a partir de 1944, Gaurama); Viadutos, Canavial e Alto Uruguai (a partir de 1912, Marcelino Ramos).

Observa-se, na Figura 2, o percurso férreo de 98 km entre as cidades de Piratuba, SC, e Erechim, RS, desbravado a partir da instalação da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, ferrovia construída entre 1890 e 1910 e que constituiu, durante várias décadas, a mais importante conexão terrestre entre o eixo Rio-São Paulo, o extremo sul do Brasil e países do Prata – Argentina e Uruguai

Figura 2 – A antiga EFSPRG e o trecho férreo Erechim (RS) – Piratuba (SC)



Fonte: RIGON; FUJITA; VILLEL (2019).

Nos arredores das estações, tiveram origem diversos municípios, cujas constituições também estão vinculadas à chegada de migrantes provenientes das chamadas colônias velhas do Rio Grande do Sul e de imigrantes europeus que, no início do século XX, ocuparam esses territórios em busca de melhores condições de vida e da propriedade da terra. Conforme as empresas colonizadoras, elementos como a ferrovia, a fertilidade do solo e a determinação dos imigrantes pelo trabalho eram apontados como fundamentais para o sucesso do empreendimento colonizador nesse território.

A demarcação das terras da região Alto Uruguai iniciou a partir de 1904, em conjunto com a abertura do traçado da ferrovia "São Paulo-Rio Grande", a qual atravessava o Estado, com início na cidade de Santa Maria, fazendo a ligação desta com o restante do país. No momento em que estavam sendo demarcadas as terras, ocorria a expulsão dos moradores primitivos da região. De acordo com o plano de governo, na medida em que a ferrovia era implantada, a região seria progressivamente ocupada, e, cada estação daria origem a um novo povoado, trazendo os excedentes de imigrantes das antigas colônias, e evitando deste modo, que as áreas fossem tomadas por posseiros. (FÜNFGELT, 2004, p. 11).

Conforme Silva (2011), no início do século XX, era comum aos pensadores brasileiros a ideia de que os imigrantes, devido à suposta aptidão para o trabalho e pureza étnica, levariam o desenvolvimento às regiões de fronteiras agrárias. Mas não se pode esquecer que, anteriormente estabelecidas no território do Alto Uruguai, as populações indígenas e caboclas estavam presentes nesse território e, à medida que a ferrovia foi sendo construída, os lotes demarcados e vendidos e o território colonizado, ocorreu a sua expulsão.

A ferrovia, além de escoar rapidamente a produção, encorajou práticas de produção econômica, atraiu a imigração e a ocupação do solo, protegeu os interesses nacionais nos campos econômicos, bélicos e fronteiriços, além de, direta ou indiretamente, atrair e articular a presença do capital estrangeiro. Os principais produtos de comercialização para outros locais eram a madeira, erva-mate, milho e banha. O plantio de trigo se iniciava e o comércio era estimulado com a chegada da estrada de ferro que trazia as serrarias, que, por sua vez, atraíam trabalhadores e suas famílias para novas regiões, como a do Alto Uruguai no Norte do Estado. “Após a conclusão da estrada de ferro, muitos desses trabalhadores permaneceram no local. Alguns trabalhando na agricultura e outros em atividades do nascente processo de urbanização” (WOLFF, 2005, p. 184).

Segundo Chiaparini (2012), a ferrovia foi a porta de entrada de milhares de pessoas, no primeiro momento, foram atraídas por incentivo do governo pela qualidade de terra, deixando seus países e as colônias velhas para uma nova localidade. A Comissão de Terras, na sede da Colônia Erechim, designou os lotes com áreas que variavam de 25 a 30 hectares para os novos proprietários, que foram comprados com pagamento parcelado para os anos seguintes, entregando para eles algumas ferramentas e sementes.

Assim,

As estações construídas ao longo do seu leito tornam-se permanentes núcleos sociais e pontos de penetração do povoamento. Em pouco tempo tornou-se a espinha dorsal dos transportes, único e precioso veio das importações de bens de uso e consumo, assim como das exportações da produção criada pelo trabalho dos colonizadores. É igualmente o exclusivo meio de viagens e comunicações telegráficas e postais de que podem valer-se as pessoas, comerciantes, empresários, produtores rurais, autoridades, as comunidades em geral. Ao redor das estações formam-se os povoados que evoluiriam para as posições de vilas e cidades. (ILLA FONT, 1983, p. 92).

A expansão da via férrea também atraiu investidores interessados em estabelecer empreendimentos de colonização particulares. No período da Primeira República, no Rio Grande do Sul, o governo não concedeu mais terras à iniciativa privada para colonização, devendo esta ser comprada pelos preços estabelecidos. Na região norte do Estado, destaca-se a atuação da Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda. e da *Jewish Colonization Association*, além de empresas menores, como a Bertei e a Sertaneja, que comercializaram terras na recém-fundada Colônia Erechim (CASSOL, 1979). Para o estabelecimento de colônias, sejam elas públicas, sejam elas privadas, a disponibilidade de meios de comunicação era essencial. Nesse sentido, a interligação da região pela ferrovia foi definitiva para sua inserção no rol das colônias novas, destino do excedente populacional das colônias velhas, oferecendo lotes de terras a preços inferiores daqueles praticados em outras regiões do Estado.

Os colonos migraram em grande número para a região norte movidos pela possibilidade de se tornarem proprietários de terras, atraídos pelos preços das terras, possibilidades de pagamento, além de o Estado acenar para exploração da madeira, que poderia ser exportada para outros mercados via ferrovia. Logo, esse conjunto de fatores ajuda a entender e explicar o rápido povoamento e crescimento demográfico da colônia Erechim, bem como seu desenvolvimento econômico, permitindo, assim, o desmembramento de Getúlio Vargas na condição de município já em 1934. Por exemplo, a produção agrícola, que fez parte do crescimento e desenvolvimento da colônia, teve um aumento mais que proporcional às áreas apropriadas, ou seja, o número de lotes ocupados de 1910 a 1914 triplicou, passando de 3.397 para 6.135, e a produção quadruplicou em volume e em valor. O produto mais importante foi o milho. “Se tomarmos por base 100 a produção de milho em 1914, a de 1916 corresponderá a 200, e a de 1918, a 302 [...]” (ROCHE, 1969, p. 282).

No território que compõe Getúlio Vargas, em termos étnicos, prevaleceu a presença de colonos de origem italiana, seguida por outros grupos étnicos. Conforme destaca Neto (1981), em junho de 1913, conforme Relatório da Comissão de Terras e Colonização daquele ano, os grupos compreendiam imigrantes provenientes diretamente do estrangeiro. Os demais compunham-se de nacionais já estabelecidos antes da fundação da colônia, ou que vieram a se estabelecer depois das antigas colônias – fossem velhos agricultores, fossem descendentes desses últimos. Em 1918, ano da fundação do Município, o número de habitantes já era de 35.000. Em média, havia entrado, por ano, perto de 5.000 pessoas (NETO, 1981, p. 78.)

O contato com o outro, representado pelo indígena e o caboclo, também marcou a formação desse espaço colonial.

Ao chegarem, os colonos europeus e os migrantes das colônias velhas encontram aqueles antigos moradores, com suas capoeiras (áreas desmatadas), roças (plantações de milho, mandioca, feijão), extraindo e cancheando erva-mate. Geralmente possuem pequenas criações de animais domésticos (porcos, aves, a vaca leiteira, terneiros), bois, cavalos e muares, pois o único meio de transporte existente é o lombo de burro, a carreta, a carrocinha. Na maioria são descendentes de paulistas ou vindos de outros lugares. Entre eles há também alguns descendentes de alemães e italianos. [...] As famílias que chegavam iam se instalando um tanto desordenadamente na área da Praça Júlio de Castilhos e à frente do quadro ferroviário. (FONT, 1983, p. 12, 101.)

A emancipação do 2º distrito de Getúlio Vargas foi um processo construído gradualmente. Conforme Giaretta (2008), em 1927, iniciaram-se novas tentativas para obter a emancipação do povoado Erechim (Getúlio Vargas). Foram travadas verdadeiras batalhas para obter dados e construir o memorial que deveria ser entregue ao governo do estado do Rio Grande do Sul, a fim de encaminhar o processo emancipatório.

Em 18 de dezembro de 1934, finalmente, tornou-se realidade a emancipação do povoado que se chamava colônia Erechim, pelo decreto estadual n. 5788. O distrito de Sananduva, pertencente a Lagoa Vermelha, foi excluído do território ao emancipar-se e o território do novo município ficou constituído pelo 2º e 4º distritos de Erechim - Povoado Erechim e Erebangó - e pelo distrito de Sete de Setembro, território do município de Passo Fundo; mais tarde, passaria a pertencer a Tapejara quando este se emancipou. O novo município reivindicou o tradicional nome de Erechim junto ao governo do estado, justificando o valor sentimental por ter sido nesse local a primeira sede da colônia. O pedido, contudo, foi negado, sendo sugerido o nome de Getúlio Vargas.

Já em 1950, o território estava repartido entre seis municípios: Passo Fundo, emancipado em 1857; Erechim, em 1918; Carazinho, em 1930; Getúlio Vargas, em 1934; Sarandi, em 1939, e Marcelino Ramos, em 1944. A população do extenso município de Passo Fundo, em 1900, passava de 21.383 habitantes; em 1920 era de 117.996; em 1940, 317.424; em 1950, 388.521. (ROCHE, 1969, p. 282).

Desde o princípio de sua história conhecida, a cidade de Getúlio Vargas, RS, foi sendo transformada, principalmente, através da ação dos imigrantes/migrantes. Naquele momento, em que todos estavam mais preocupados em sobreviver, não era comum produzir registros com o intuito de guardar documentos históricos para a posteridade. No entanto, já havia certa cultura da imagem – as atividades na nova terra, mesmo que em pequena escala e não disseminada, foram retratadas por lentes fotográficas. Nesse sentido, se uma das funções da fotografia é a de aproximação com o real, essas imagens trazem o sentido de que possuem uma capacidade especular.

2 A COLÔNIA DE GETÚLIO VARGAS EM FOTOGRAFIAS

O presente capítulo trata da representação do processo de colonização e seus sujeitos no período de 1910 a 1935 em imagens fotográficas. Apresenta uma breve história do início da colonização de Erechim (Getúlio Vargas), a instalação dos colonos até o espaço urbano em desenvolvimento. Para análise das fotografias, estas foram organizadas por eixos temáticos.

2.1 Organização metodológica das imagens

Como prática profissional e, principalmente, como fonte de renda, o trabalho com a fotografia não era regularmente expansivo até a primeira quarta parte do século XX, sobretudo, pelo alto custo de aquisição de equipamentos fotográficos. Todavia, é possível encontrar registros fotográficos esporádicos de Getúlio Vargas desde o final do século XIX, feitos por diferentes fotógrafos, muitos deles de passagem pelo local. Conforme estudos sobre a região, realizados por Canabarro (2011) e Ribeiro (2009), a presença de fotógrafos que circulavam pelas colônias, antes de estabelecer ateliês, era recorrente, bem como não havia ainda o hábito de identificar a autoria nas fotografias. Contudo, é fruto desse trabalho boa parte do acervo de fotografias que tratam da formação da colônia, disponível no acervo em estudo.

A fotografia exerce um papel-chave como suporte das representações da modernidade em meio à sociedade imigrante desde o final do século XIX, que se encontra no centro de um processo de modernização. Afinal, as sociedades tendem a possuir uma autoimagem enquanto compartilham determinadas práticas comuns entre os membros do mesmo núcleo social, e essa concepção ultrapassa os limites das práticas cotidianas com o passar dos anos.

No entanto, a fotografia, como uma “imagem dialética é ambígua, nela confluem a catástrofe, o choque, entretecidos na perturbação, e o ressurgimento súbito de algo tornado visível pela transformação” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 30). Ter o olhar de uma ambiguidade na fotografia como um todo é perceber que há um enquadramento diferenciado, o modo como os personagens se encontram, a fisionomia, as vestimentas, a pose perante o fotógrafo. Nota-se a presença dessa ambiguidade nas imagens estudadas, daí a necessidade de perceber e observar a realidade construída pelo olhar fotográfico, entendida como segunda realidade, levando-a em conta na leitura e interpretação das imagens.

Para Monteiro (2008, p.13), a fotografia constitui “uma convenção do olhar e uma linguagem de representação e expressão de um olhar sobre o mundo. Nesse sentido, as imagens são ambíguas (por sua natureza técnica) e passíveis de múltiplas interpretações (em relação ao

meio através do qual elas circulam e do olhar que as contempla).” As fotografias apresentadas a seguir buscam demonstrar a personalidade individual, observando-se a padronização das imagens através das poses e dos cenários que configuram as imagens fotográficas.

Consoante Chartier (2002, p.155), a noção de representação perpassa por três registros de realidade:

Por um lado, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; enfim, a delegação de representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada.

Neste trabalho, o primeiro passo para a organização das fotografias, para posterior análise, foi a separação das imagens em duas séries diferentes, divididas por temas:

- a) Série 1: Fotografias da formação da colônia e a instalação dos colonos. Composto pelo eixo A: Formação e colonização no espaço urbano; B: Política e Economia, que será apresentado nas seções 2.1 e 2.2.
- b) Série 2: O espaço urbano em desenvolvimento. Composto pelo eixo C: Imigrantes e colonos: Elementos Culturais e Práticas Cotidianas no espaço urbano em desenvolvimento, que será apresentado no 3º capítulo.

Em um segundo momento, depois de as fotografias terem sido divididas em duas séries principais, atribuíram-se a essas subdivisões três eixos temático-visuais construídos de modo que confluam em concordância com a ideia de desenvolvimento da colonização de Getúlio Vargas, quais sejam:

- a) Eixo A: Formação e colonização no espaço urbano;
- b) Eixo B: Política e Economia;
- c) Eixo C: Imigrantes e colonos: Elementos Culturais e Práticas Cotidianas no espaço urbano em desenvolvimento. Que será descrito no terceiro capítulo.

2.2 SÉRIES 1: FOTOGRAFIAS DA FORMAÇÃO DA COLÔNIA E A INSTALAÇÃO DOS COLONOS

2.2.1 Eixo A: Formação e colonização no espaço urbano

A representação fotográfica da colônia Erechim (Getúlio Vargas) evidencia ao mesmo tempo os condicionamentos sociais, o espaço geográfico e o contexto do cotidiano. Como já assinalado, na maioria das fotografias não consta a autoria explicitada, e no período não havia ainda fotógrafos estabelecidos na colônia. O primeiro estúdio só foi instalado em 1950 pela empresa estúdio fotográfico foto Balzan.

A modernidade foi marcando uma temporalidade e expandindo as modificações tanto na formação dos espaços urbanos, na sua estrutura e forma quanto na vida social. Além da indústria moderna, os avanços científicos, a circulação de mercadorias, outra ferramenta eficaz que veio fortalecer ainda mais o crescimento e desenvolvimento das cidades, de grande importância, foi a ferrovia, que diminuiu as distâncias, encurtando o tempo de deslocamento e facilitando o acesso à entrada de imigrantes.

As cidades, assim como as pessoas, têm personalidade. Tem seu jeito próprio, qualidades, defeitos, características que distinguem umas das outras. E tem uma história, formada pela soma das histórias de todos os que ali vivem ou viveram. Uma parte desta história vai sendo contada, escrita e incorporada à cultura da população. Outra parte fica impressa no espaço urbano e é contada pelos próprios recantos, pelas ruas, pelas construções. Do prédio mais antigo ao mais recente, as construções testemunham a passagem dos homens pelo lugar, mostram como vivem e o que são capazes de construir. (DETONI, 1989, p. 7).

Com a chegada dos imigrantes, a cultura e a tradição foram se conectando com o novo lugar, para aquela sociedade que iria se desenvolver, construindo uma outra realidade social (Chartier, 1990).

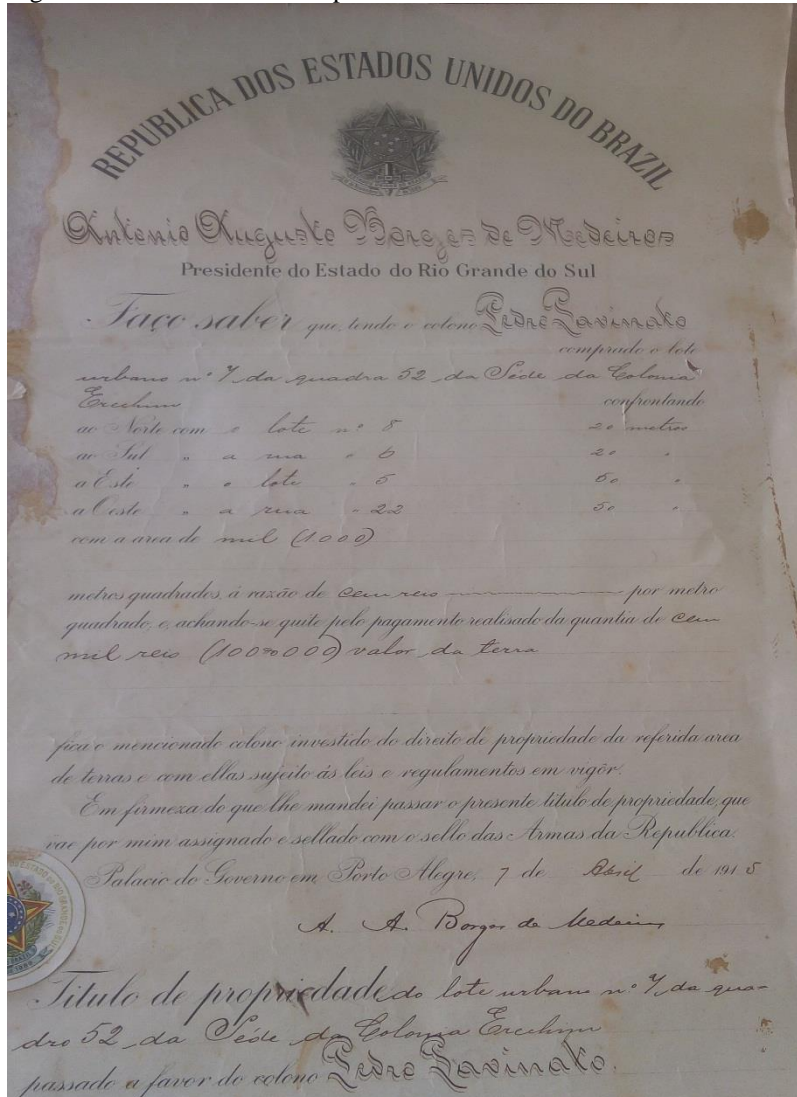
Segundo Le Goff (1990, p. 10), quanto à análise e interpretação de um documento:

[...] [este] não é um material bruto, objetivo e inocente, mas que exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento. Hoje os documentos chegam a abranger a palavra, o gesto. Constituem-se arquivos orais; são coletados nos textos.

A Figura 3 informa um documento de compra de lote de terra no ano de 1915, na sede da colônia Erechim (atual Getúlio Vargas), onde se comprova o fluxo de compras de lotes para

o local. No início da fundação, a vida social no Núcleo Colonial foi muito diversificada, por terem as famílias vindo de diversos lugares e com costumes diferentes.

Figura 3 – Documento de compra de lote de terra⁴



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas- IHGVV (1915).

O principal meio que levou os imigrantes a estarem nesse local foi a chegada do trem a partir de 1910. A imagem é um código urbano e impõe uma leitura da cidade atual como tempo construído. No entanto, é preciso ver a ambiguidade presente na imagem, como uma

⁴ Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do estado do Rio Grande do Sul. Faço saber que tendo o colono Pedro Pavinato comprado o lote urbano nº7 da quadra 52 da Sede da Colônia Erechim ao norte com o lote nº5 2°metros, ao sul com a rua nº6 2°m, ao este com o lote nº5 5° e a oeste com a rua nº22 5° com a área de mil (100%000) valor da terra fica mencionado colono investido do direito de propriedade da referida área de terras e com elas sujeito às leis e regulamentos em vigor. Em firmeza do que lhe mandei passar o presente título de propriedade que vão por mim assignado a sela do com o selo das Armas da Republica. Palácio do Governo Porto Alegre, 07 de abril de 1915. A. A. Borges de Medeiros. Título de propriedade do lote urbano nº 7 da quadra 52 da Sede da Colônia Erechim passando a favor de colono Pedro Pavinato.

representação de um real e não o real. Pressupõe ainda observar os diferentes personagens fotografados, ora em pose, ora espontaneamente, seja pela iniciativa de agentes governamentais ou do próprio fotógrafo.

Além da localização da Estação Férrea, a Figura 4 permite analisar homens e crianças em posição para serem fotografados. O local na fotografia é um povoado em formação ao redor de uma estação férrea; o fotógrafo itinerante registrou o momento em que um grupo de homens e crianças estavam pousando para serem registrados. Observa-se que a ferrovia, na imagem, é símbolo da promessa do futuro moderno, e a paisagem retratada indicia essa função.

Figura 4 – Estação Erechim (1910)



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas. Fotógrafo não identificado.

O trem, nesse momento, representava a chegada da modernidade na colônia, um meio de transporte para chegada de pessoas e escoamento da produção. A estação de trem, um espaço de sociabilidade, de encontros, por onde passava desde o colono simples até as altas autoridades. Nesse contexto, a estação de trem passou a ser um espaço privilegiado para registro desse “progresso” dos meios de transporte e da própria colônia, em um suporte igualmente moderno, qual seja, a fotografia.

Ao dirigir o olhar à figura 5, não sabemos a intenção do fotógrafo se ele buscava deixar registros para a posteridade no sentido de que se produziam, por livre iniciativa, fotografias que representavam o começo de um povoado, ou para relatório do governo para posterioridade fazer a venda desses lotes ou incentivar mais compradores – um local amplo, com poucas casas de madeira, com um chão batido, alguns pinheiros e matas mais ao fundo, as divisões das estradas para os deslocamentos. Percebe-se o pedaço de uma colônia que passaria por fase de transformação e que, mais tarde, seguiria autônoma. Neste estudo, assinala-se que, a partir do

momento em que se fez essa fotografia por livre iniciativa, estar-se-ia, principalmente, buscando selecionar as melhores condições, de acordo com a visão e as concepções de cada um, que representassem o início da colonização para depois comparar às mudanças e à modernização de Erechim no decorrer da primeira metade do século XX.

Figura 5 – Colônia Erechim (atual Getúlio Vargas)



Fonte: Divisão de Terras Públicas (1909). Fotógrafo não identificado.

Quanto à recepção das imagens fotográficas, Kossoy (2002, p. 44) defende que

as imagens fotográficas, por sua natureza polissêmica, permitem sempre uma leitura plural, dependendo de quem as apreciam. Estes, já trazem embutido no espírito, suas próprias imagens mentais preconcebidas acerca de determinados assuntos (os referentes). Essas imagens mentais funcionam como filtros: ideológicos, culturais, morais, éticos etc. Tais filtros, todos nós temos, sendo que para cada receptor, individualmente, os mencionados componentes interagem entre si, atuando com maior ou menor intensidade.

A paisagem-cenário do momento, entretanto, é a mesma da figura 4: a Estação, em um segundo plano, aparece o urbano. Apesar de ainda parecer imponente, o prédio é “naturalizado” na imagem, como algo que já pertence à visualidade do espaço.

Ao se observar a figura, percebe-se a técnica de um fotógrafo, ampliando o plano de visibilidade, que abarca grande parte da paisagem que circunda a estação, a qual deixa em frente a movimentação de pessoas e animais. Além da localização da Estação Férrea observada, a figura 6 permite visualizar pessoas, charrete e vários cavalos, símbolos de *status* social. A estação, no visível, demonstra todo contraste frente ao desbravado da paisagem, dominando o

espaço e indicando determinada forma de olhar para a imagem. Isso, associado à vegetação, faz com que um observador que não possua o “modo de ver” apropriado, por um lado, não consiga associar a imagem à colônia e, por outro, tenha enfatizado o caráter grandioso e moderno da construção.

Figura 6 – Estação Ferroviária Erechim (atual município de Estação)



Fonte: IHGGV (1910). Fotografia não identificado.

Os imigrantes foram transportados de trem que seguia o trajeto feito pela estrada de ferro em construção, São Paulo-Rio Grande, a qual cortava a colônia de Sul a Norte, passando por nove estações: Erechim (Getúlio Vargas), Erebango, Capoerê, Boa Vista (hoje Erechim), Baliza, Barro (Gaurama), Viadutos, Canavial e Marcelino Ramos. Com a ajuda do governo, tiveram a oportunidade de progredir (OLIVEIRA; FORLIN, 1984).

Várias nacionalidades fizeram-se presentes nos espaços abrangidos pela colônia Erechim, formando pequenos núcleos ao longo da estação férrea. Um desses foi Erebango, palavra tupi-guarani significando “campo grande”, por possuir uma densa mata de araucária. Antes da chegada dos descendentes europeus, a região era habitada principalmente pelos índios caingangues e pelos bandeirantes paulistas, de cuja miscigenação resultou o caboclo. Em 1910 iniciou-se o povoamento. Como Erebango dispunha de abundante água e de lenha para abastecer as locomotivas e por ser uma via da ferrovia, ali foram introduzidos imigrantes europeus, tais como alemães, poloneses e italianos. A colônia Erechim ficava situada “[...] no município de Passo Fundo, à margem da estrada de ferro em construção para o Uruguai, na vizinhança do km 66. Tomou ela o nome de Erechim. (CASSOL, 2003, p. 60).

Basicamente, o início da Colônia Getúlio Vargas localizava-se no meio rural, onde predominava a agricultura, o uso intensivo de recursos naturais: fertilidade natural do sol e mão de obra familiar. Os instrumentos de trabalho eram simples: enxada, arado de tração animal, foice, machado, máquina manual de plantar, foicinha, ancinho, carroça, máquina de matar

formiga. As técnicas de produção eram fruto da experiência e eram transmitidas de uma geração para a outra, sendo aperfeiçoadas lentamente.

As principais fontes de energia eram oriundas da própria natureza. Era uma fase em que os colonos cultivavam em sua propriedade quase tudo o que necessitavam para sua sobrevivência, produzindo: milho, mandioca, feijão, trigo, arroz, cevada, amendoim, batata inglesa, batata-doce, fumo, cana de açúcar, suínos, gado leiteiro e de tração, animais domésticos, aves, hortaliças, legumes, frutas e em especial a uva, porém boa parte dos imigrantes vieram das Colônias Velhas oriundos de centros urbanos, onde não exerciam atividades agrícolas em sua pátria de origem, mas dedicavam-se às mais diversas profissões, desde soldados, artistas e professores até engenheiros, carpinteiros e agrimensores. Todas essas habilidades profissionais tiveram de adequar-se às intenções do governo provincial, o qual almejava o desenvolvimento da colônia e o crescimento da produtividade agrícola. A colônia foi então nivelada numa única classe, a de agricultores, que, com um lote de terras, passaram a produzir, utilizando-se da exploração da mão de obra familiar (WERLANG, 1995, p. 33).

Decorrentes de um modo de vida ligado à terra e ao trabalho braçal, a um jeito de se portar, de falar, de gesticular, o "colono" esteve associado a um ethos camponês que o colocava em oposição ao modo de ser do cidadão. Azevedo (1982), ao tratar da assimilação e da urbanização na região colonial italiana, afirma que elas produziram a clássica dicotomia entre o cidadão e o camponês. Tal distinção acentuava-se, na interpretação de Azevedo, com o desenvolvimento nos núcleos urbanos: do comércio, das indústrias, dos cargos burocráticos, da liderança social e partidária. Em outras palavras, tal dicotomia se acentuava na medida em que surgia, nos núcleos urbanos, uma elite dominante que se assimilava à vida nacional. Porém, tal elite mantinha determinados valores que a distinguia, como a ascendência italiana. (HERÉDIA; MOCELLIN, 2014, p. 3).

Os imigrantes chegavam e encontravam capoeiras (áreas desmatadas), roças (plantações de milho, mandioca, feijão). Geralmente, possuíam pequenas criações de animais domésticos (porcos, aves, vaca leiteira, terneiros), bois e cavalos, pois os únicos meios de transporte existentes eram o burro e a carrocinha. Em sua maioria, eram descendentes de paulistas ou vindos de outros lugares. Dentre eles, havia também alguns descendentes de alemães e italianos (CHIAPARINI, 2012, p. 43).

Ao falar da colonização do Planalto e da iniciativa do poder público na formação de núcleos oficiais de colonização, Roche (1969, p. 129) destaca:

[...] foi Erechim que teve desenvolvimento mais rápido: 7.500 imigrantes nele se fixaram entre 1910 e 1912. Batendo todos os recordes, a colônia recebeu autonomia municipal em 1918, abrigando 43.000 habitantes em 1920 e 120.000 em 1950. Embora certas zonas tenham sido colonizadas por empresas privadas, Erechim deve muito à Inspeção de

Terras e Colonização, que cadastrou 10.082 lotes rurais (que cobriam 212.796 hectares) e 3.800 lotes urbanos, estabeleceu 868 quilômetros de rodovias e 2.550 quilômetros de caminhos vicinais, construiu 39 pontes e abriu até 20 escolas públicas.

No entanto, vários problemas surgiram no início das atividades de assentamentos coloniais de imigrantes. Dentre os mais citados, a viagem realizada dos grandes centros até os lotes coloniais, devido à dificuldade que apresentavam os meios de transportes frente à condição geográfica. O imigrante procedia de uma realidade diferenciada do meio rural e urbano. Em geral, vivia em seu habitat rural relativamente urbanizado, inserido no contexto europeu. Ao emigrar para o Rio Grande do Sul, antes da I Guerra Mundial, estradas, ferrovias e meios de transporte variados já eram comuns em diversas regiões fora do Brasil.

A figura 7 apresenta um grupo de pessoas, com suas ferramentas e em posição para serem registrados com outro ângulo de direcionamento do olhar, possivelmente uma construção de imagem teatralizando a cena da Comissão de Terras, que mais tarde iria acontecer a abertura de estradas para dar início à localização das colônias, infraestrutura e deslocamento. Era preciso organizar e dividir os lotes, derrubar árvores para cortar as toras para a construção de abrigos e abrir caminhos em meio à mata fechada – e essa tarefa exigia força masculina. Mulheres e crianças acompanhavam a derrubada da mata, na maioria das vezes, ficavam alojadas em barracões do imigrante, enquanto os homens construía o rancho. Naquele instante congelado, as toras começavam a ser organizadas após a limpeza dos troncos e a abertura de uma clareira. Ao fundo, nota-se que a floresta era densa e uma das espécies que a constituía era a Araucária, ou pinheiro-do-Paraná. Homens protegidos por roupas compridas, chapéus e botas para enfrentar as intempéries do clima, insetos e animais da floresta. O trabalho era braçal, com instrumentos como foices e enxadas.

Figura 7 – Demarcação das terras: 1



Fonte: IHGVV (1910). Fotografia não identificado.

A acomodação nas hospedarias e barracões, enquanto não fossem destinados a seus lotes, também trouxe dificuldades aos imigrantes e empresas colonizadoras. Era difícil acomodar um número tão grande de pessoas, com costumes e dialetos diferentes em pouco espaço. A título de exemplo, podem-se citar as Colônias de Ijuí e Erechim, onde os imigrantes ficavam dispostos em um barracão, esperando a designação dos lotes, nem sempre considerando suas diferenças linguísticas e condições físicas – quente e mal ventilados. Alemães, italianos, judeus e poloneses dividiam o mesmo espaço.

No momento da instalação no lote colonial, a edificação da residência estava entre as mais importantes para dar o início. Em geral, foi o colono que edificou sua casa, utilizando-se de material encontrado na propriedade: barro, madeira, palha e pedra. Os pregos, algumas vezes utilizados pelos imigrantes alemães e italianos, não foram utilizados na arquitetura polonesa. Os poloneses utilizaram, sobretudo, o sistema de encaixes de madeira - *blocausse* -, usado na Polônia durante vários séculos, sobretudo na área rural.

Na figura 8, um grupo de pessoas posando para a fotografia com ferramentas em mãos, possivelmente essa foto seria usada para o relatório da comissão de terras. Utilizavam a força braçal e animal (carro de boi para o transporte de pedras, pedregulhos, terra), faziam a derrubada da mata para preparar o solo, técnica que também seria útil nas construções das moradias. Os interesses coletivos (escolas, conservação de estradas, comercialização de produtos) resolviam-

se mais dentro da própria comunidade local (Linhas). A recuperação de estradas se dava através de mutirões, uma vez ao ano.

Figura 8 – Demarcação das terras: 2



Fonte: IHGVV (1910). Fotografia não identificado.

Comissão de Terras era o nome atribuído à colonização da colônia Erechim, que foi incumbida de dirigir a instalação e de proceder ao loteamento e à demarcação das terras, abrir estradas e ruas nos povoados, dar apoio financeiro e orientação técnica aos colonos, distribuir sementes, ferramentas e implementos agrícolas.

Após, começaram a construção da estrada de ferro, que propiciou a chegada de grandes levadas de imigrantes, o surgimento das casas de comércio, a fundação de vilas e cidades onde o imigrante construiu as escolas, as igrejas, os salões de festas; enfim, expressou sua cultura e seus costumes (CARON; TEDESCO, 2009).

Entende-se, nesse sentido, que a chegada do imigrante ao território norte/noroeste do Rio Grande do Sul possibilitou a construção de uma nova territorialidade: a do pequeno proprietário e agricultor familiar, consoante com a produção para a formação de um mercado interno, com a introdução de novas tecnologias: possibilitou a incorporação da região ao processo capitalista. Enfim, serviu aos propósitos e objetivos do Estado, em relação à colonização da região do Alto Uruguai. Com esta política, o Estado promoveu a desconstrução e a descaracterização do norte/noroeste do estado como zona de indígenas, caboclos e mestiços. A construção dessa nova territorialidade através da frente pioneira possibilitou, especificamente, no caso do Alto Uruguai rio-grandense, que esta ocupação se tornasse consistente, articulando uma forma de ocupação estatal e privada de colonização. (GOLIN, 2006, p. 493).

Animais também eram criados, em pequena quantidade, como vaca, cachorro, galinhas, porcos, para a subsistência da família e dos vizinhos próximos, que compravam leite, galinhas, ovos, banha de porco e uma parte da carne. As famílias também faziam trocas de alimentos, pois, no início da colonização, não havia como guardar carnes por muito tempo, de modo que estas eram repartidas entre os vizinhos.

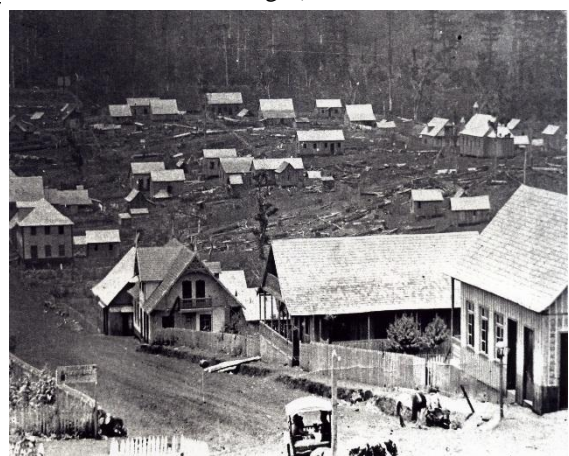
As figuras 9 e 10 representam o espaço da colônia Erechim, em 1913, local onde atualmente é a cidade de Getúlio Vargas, na então denominada hoje Rua 3, Avenida Borges de Medeiros, nos primórdios da colonização. A primeira é um retrato mais fechado, tendo em primeiro plano uma estrada de chão batido, uma charrete sendo guiada por um morador, casas e a mata fechada mais ao fundo. Já a segunda é uma vista do espaço urbano. Casas de madeira, na primeira, mais modestas; na segunda, casas mais sofisticadas, com estilos diversos prevalecendo as casas de madeiras. Em ambas, ainda há remanescentes da mata circundante. Na primeira, a araucária permanece, enquanto a outra vegetação foi derrubada. Em ambas, o espaço urbano em formação e o rural se confundem.

O estabelecimento de colonos na sede Erechim e o crescimento do espaço urbano pode ser acompanhado nas imagens fotográficas. Logo, se em 1910 havia poucas casas, em 1913, já se nota um aumento do número de construções. Na Figura 10, o fotógrafo registrou o aspecto urbano da colônia a partir de um recorte que abrangesse a maior concentração de edificações, no centro da cidade. Por esse motivo, a incidência do desmatamento para ampliação do núcleo urbano pode ser identificada com maior clareza nas figuras 8 e 9.

Figura 9 – Início do povoamento em Erechim (atual Getúlio Vargas) 1



Figura 10 – Início do povoamento em Erechim (atual Getúlio Vargas) 2



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas. (1910) e (1913). Fotografia não identificado.

Analisando essa vista panorâmica da sede urbana, observada de um plano inferior, ao centro, há a estrada que serve como linha divisória da imagem e fio condutor para o olhar. O primeiro plano é ocupado ainda por uma vegetação rasteira, com uma paisagem vista ao longe demonstrando que o foco de atenção era mesmo cenário da nova colonização. No alto da imagem, destacam-se as construções, já mais sólidas que as das imagens 7 e 8. Além disso, as primeiras fotografias eram produzidas com o objetivo de mostrar a vitalidade da terra, expondo a exuberância da natureza e, ao mesmo tempo, a viabilidade do projeto imobiliário, através de elementos urbanos já presentes no meio da floresta. Simbolicamente, comprovava que o homem podia vencer a mata fechada através de seu esforço, cortando as árvores, plainando a terra e dando lugar à civilização. Assim, o suporte mais preciso/próximo do real para registrar essas transformações era a fotografia.

Ademais, a abundância de tábuas empilhadas já é um indício da matéria-prima para a construção de casas. É possível identificar, nessa imagem, a matéria-prima com a qual os imigrantes recém-chegados construíam suas residências após terem seus lotes designados pela Comissão de Terras. A Figura 11 representa o início de seu empenho no registro do desenvolvimento da colônia, que, 16 anos depois, tornar-se-ia cidade.

Os troncos de árvores cortados e espalhados pelo chão, que podem ser percebidos em vários pontos do quadro fotográfico (principalmente no canto direito e superior), elucidam como os imigrantes que chegavam à Colônia Erechim (atual Getúlio Vargas) tinham, além do trabalho agrícola, o dever de construir as próprias moradias. Esse indício fornecido pela fotografia reproduzida permite que seja compreendida a forma como a sociedade possuía um caráter tradicional, no sentido de que ainda não apresentava aspectos do processo modernizador.

Figura 11 – Boa Vista – Erechim



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas (1918). Fotógrafo não identificado.

Percebe-se que a alteração do meio ambiente, quanto à derrubada da floresta, é contínua. É claro que, no momento em que o governo imperial designou a criação da colônia, as mudanças

no espaço natural tiveram proporções muito maiores com a abertura de clareiras em relação à atividade dos imigrantes. Além disso, esses imigrantes recém-chegados, provavelmente, sequer se atinham a cogitar a respeito dos impactos ambientais.

A floresta podia ser uma dificuldade para a agricultura, mas fornecia aos colonos a lenha para os fogões domésticos e para os fornos das olarias, a madeira para a construção de casas e das instalações rurais que eram habitadas por variada fauna, vista inclusive como caça. Acima de tudo, após o desmatamento, as terras de roça nova eram muito férteis e rendiam excelentes colheitas. A imigração de europeus para o sul do Brasil teve motivos mais relevantes, de cunho social, econômico, político, demográfico e cultural, mas as razões ambientais tiveram, nesse contexto, espaço significativo e podem ser consideradas pelos historiadores. (GERHARDT, 2014, p. 4).

Para Zarth (2012, p. 67), a “[...] destruição da floresta pela agricultura foi sobretudo uma decisão de política pública deliberada. A ruptura com os sistemas anteriores e o forte impacto ambiental da agricultura no RS e no Planalto em particular, [...], foi decorrente de uma nova concepção de natureza e de política agrária.”

Na figura 12, encontram-se as três casas da Comissão de Terras. À margem esquerda, é possível identificar construções com padrão melhor que as dos colonos (as duas primeiras), em madeira, com janelas grandes, para abrigar os primeiros imigrantes que chegaram à colônia de Erechim. Uma delas era reservada para os escritórios da Comissão de Terras e o armazém e depósito de víveres de sementes (1913); à frente, uma área reservada para a construção da praça.

Figura 12 – As três casas da Comissão de Terras



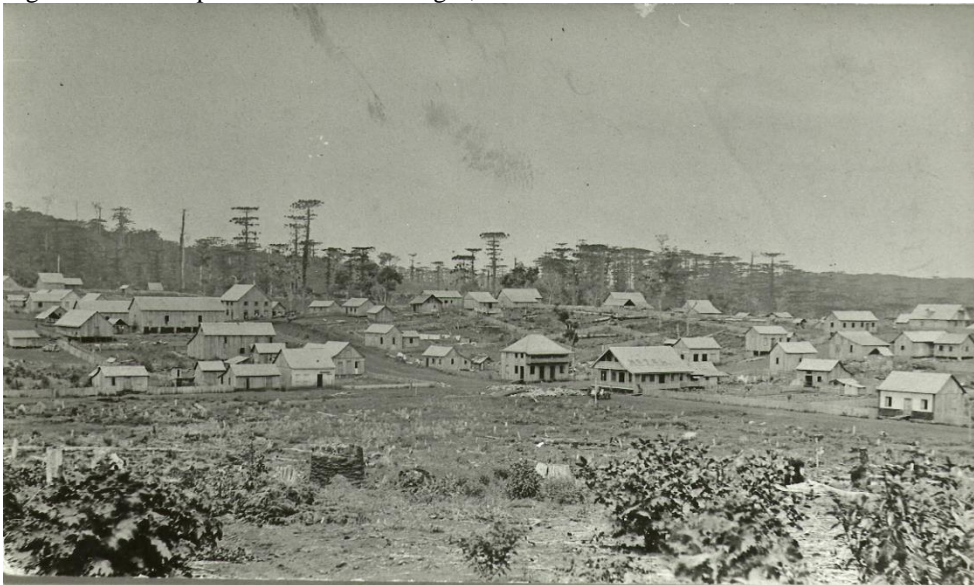
Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas (1913). Fotógrafo não identificado.

Ainda em fevereiro de 1910, foi dado início à abertura de ruas, num total de 21, perfazendo 3.270 metros, demarcação dos lotes urbanos e construção dos prédios. Em meados

do mesmo ano, já havia 50 casas construídas e habitadas e 22 em construção, um barracão para hospedagem dos imigrantes, mais um em construção, um “chalé” usado como escritório da Comissão, um galpão para depósito, uma enfermaria, um hotel, um açougue, nove casas comerciais de pequeno porte. Estavam estabelecidos três sapateiros, um barbeiro e um alfaiate. Todos os prédios eram construções de madeira. Praticamente, toda madeira usada provinha da mata local, cuja derrubada se iniciou em outubro de 1909 para dar lugar ao povoado (CHIAPARINI, 2012, p. 44).

Na Figura 13, uma vista parcial da cidade em 1913, uma fotografia que retrata casas pequenas típicas da época; imersa em meio à mata nativa, em oposição ao restante, onde se verificam alguns casarões e prédios industriais, em áreas semiurbanizadas. Pode-se fazer uma comparação entre a casa e a floresta ainda virgem (simbolizando as grandes extensões de matas nativas ainda existentes na época, no meio das quais Getúlio Vargas se localizava).

Figura 13 – Vista parcial de Getúlio Vargas, na sede da Colônia de Erechim



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas (1913). Fotógrafo não identificado.

De acordo com um relatório da Comissão de Terras, do então secretário de Estado Cândido Godoy, texto esse datado de 8 de setembro de 1911, a colônia apresentava uma população de cerca de 10 mil habitantes. Na sede, estavam instaladas 103 famílias. Foram demarcados 2.123 lotes rurais, dos quais 1.920 já ocupados. A área de cada lote era de 25 hectares. Entre 1910 e 1912, fixaram-se na Colônia Nova de Erechim 7.500 imigrantes (CHIAPARINI, 2012, p. 45).

2.2.2 Eixo B: Política e Economia

Vê-se, ao longo do “Eixo B”, de que forma a colonização concentra suas forças nos campos político e econômico, como a sociedade Getuliense se transformou até 1934 e de que maneira as fotografias podem servir como fonte histórica para viabilizar tais explicações.

A colonização da colônia Getúlio Vargas deu-se por intermédio do Governo do Estado através de um planejamento minucioso oficializado e de leis que determinavam a maneira pela qual as terras seriam divididas, ocupadas, preço, etc. Tais procedimentos aconteciam a partir da instalação de núcleos coloniais. Segundo os documentos da época, nenhum núcleo deveria ser fundado sem contar com mercados de fácil acesso. Depois, seria preciso, em cada caso, levantar os cursos de água e estudar a viação interna de modo que fosse possível proceder à subdivisão dos lotes. Os imigrantes partiram de seu destino para uma nova pátria, em meio a um ambiente natural, desconhecido e hostil, tendo de contar com sua coragem, seu trabalho e solidariedade dos vizinhos para sobreviver e construir sua nova vida diária.

A figura 14 diz respeito, segundo a legenda, às festividades em comemoração à emancipação da Colônia Getúlio Vargas que, até 1933, era administrada por Erechim. A fotografia em questão consiste em uma reprodução realizada por um Fotógrafo que registrou esse momento ampliando a disseminação de imagens que representam cenas da história de Getúlio Vargas, fato que indica, além da própria iniciativa de fazer imagens da cidade, o seu interesse pelos assuntos locais. A fotografia representa o movimento de um grande número de pessoas que podem ser vistas comemorando o acontecimento, com expectativas de melhorias na administração da Colônia, por parte da população, já que membros da comunidade imigrante foram nomeados para cargos municipais.

Figura 14 – Comunidade comemorando a emancipação de Getúlio Vargas



Fonte: IHGGV (1934). Fotografia não identificado.

O Clube Aliança tinha sua sede em um grande casarão de madeira (Figura 15), com portas e janelas grandes; um pequeno quiosque se localizava na frente, era utilizado como palco para as palestras e orientações das quais participavam os senhores mais representativos da sociedade – ativos organizadores, cidadãos preocupados e comprometidos com a comunidade. Percebe-se, na fotografia, um grupo de pessoas que estão no quiosque discursando com a população. Ao redor desse local, a população concentra-se com atenção no discurso que estava sendo mencionado. Observa-se que a maioria são homens veste terno social e chapéu.

Um destaque dessa fotografia, e também das outras imagens, são as pessoas vestidas como habitantes da cidade, pois, geralmente, essas imagens fotográficas mostram indivíduos à espera do trem, com vestimentas típicas da zona rural (chapéu de palha, calça, manga comprida para se proteger do sol, botas ou chinelos, facão na cintura).

Figura 15 – Sede do Clube Aliança



Fonte: Acervo Arnaldo Bianchi (1929).

Existiam dois clubes importantes em 1929: o do Comércio e o Comercial. Os clubes abrigavam, separadamente, a sociedade de origem italiana e a sociedade de origem alemã. Em 5 de março de 1933, essas duas sociedades resolveram se unir, formando uma única. Tinham, como objetivo maior, proporcionar atividades culturais, sociais e recreativas aos associados.

A partir da fundação do Clube Aliança, a sociedade getuliense passou a ter um novo lugar de referência para sua vida social, política e cultural. As atividades do clube iniciaram-se somente a partir de 1935, quando foi emancipado Getúlio Vargas.

Na Figura 16, observa-se um registro sobre a primeira festividade: a “Semana da semente”. Além dos elementos expostos, identificam-se alguns aspectos que envolvem os traços da economia Getuliense no início do século XX. A fotografia explicita, em primeiro lugar, o modo de trabalho que formou a base para o acúmulo de capitais que incentivaram a produção agroindustrial regional. Os produtos primários que aparecem expostos na imagem são elementos que revelam a diversificação da cultura agrícola. Visualizam-se os indivíduos exibindo suas ferramentas arcaicas de trabalho. Como houve muito apoio e participação da sociedade, as festas não cessaram desde sua inauguração.

Figura 16 – Semana da semente



Fonte: IHGVV (1937). Fotografia não identificado.

A partir do momento em que o espaço rural foi se estruturando, surge o comércio e o comerciante passa a ser o intermediário da circulação dos insumos e frutos produzidos através da agropecuária da colônia. Assim, a cidade inicia seu desenvolvimento econômico.

A edição de 17 de abril de 1937 do jornal *O Getuliense* fazia o seguinte registro:

A Semana da Semente é uma das iniciativas do Ministério da Agricultura que mais tem concorrido para sua aproximação com os diferentes centros produtores do território nacional. Criada para sentir mais perto a necessidade das lavouras, a Semana da Semente já tem colhido o objetivo intencional que justifica sua intenção. (O GETULIENSE, 1937, p. 14).

Observando a Figura 17, a cooperativa de banha Sant'Anna indica a variabilidade da produção colonial, que passa a focar, além da lavoura, na atividade de suinocultura. O Fotógrafo optou por produzir essas imagens de modo a captar totalmente a fachada do estabelecimento, registrando, além das edificações, a imagem dos trabalhadores com uniforme branco. Percebe-se que, na fileira atrás, encontra-se um grupo de homens, uns fazendo pose de braços cruzados e outros se posicionando diante da câmera. Na fileira da frente, a maioria são mulheres, com sandálias, e boa parte está com vestido; há, também, algumas crianças e, possivelmente, os gerentes na foto com terno e roupa preta social.

Figura 17 – Cooperativa de Banha Sant' Anna Ltda.



Fonte: IHGVV (1935). Fotografia não identificado.

Illa Font (1983) informa, em sua obra, que, no quadro das exportações da Colônia, em 1934, a madeira aparecia em primeiro lugar, com 35%, seguida da erva-mate, com 18 %; o milho, com 14%; a banha, com 8% (o que revela a existência da indústria de produtos suínos) e o feijão, com 7%. No livro, também consta que a erva-mate seria igualmente um dos elementos brasileiros da economia.

No relatório sobre a Colônia, relativo a 1910, o diretor de Terras e Colonização referia que os imigrantes, assim que instalados passaram a fazer uso da erva-mate, cuidando com desvelo as plantas encontradas nos lotes e procurando obter o maior número de mudas que podiam para aumentar o resultado que essa útil planta lhes traria, a cada ano, com sua colheita, buscando uma fonte especial e fácil de acrescentar a seus rendimentos. (CHIAPARINI, 2012, p. 71).

Os imigrantes produziam seus próprios alimentos – exceto o café e o sal. Weiss (1949) faz uma comparação entre a vida do agricultor pequeno da Europa com a vida muito inferior e mais trabalhosa do colono em mata virgem e roças novas no Brasil.

O colono do mato conseguirá plantar apenas o suficiente para sua família e seus animais, pois prepara o solo a foice, machado e enxada durante dezenas de anos até que os troncos, tocos e raízes apodrecerem e a terra também possa ser lavrada e arado, semeada e colhida por aparelhos de tração animal. Dificuldades de transporte e outras particularidades que, para sua remoção necessitam de longos anos, levam a acreditar que a primeira geração de imigrantes- colonos serve como desbravadores anônimos da terra nova em benefício das gerações futuras. (CHIAPARINI, 2012, p. 73).

A concentração de estabelecimentos comerciais na urbe evidencia que as relações sociais aderem ao modo de vida moderno, no qual a oferta de produtos e serviços leva os habitantes até o centro da cidade, local onde se verifica grande fluxo de compra e venda de mercadorias, passando a delinear o modo de consumo urbano beneficiando toda a sociedade, contribuindo para sua modernização.

3 O ESPAÇO URBANO EM DESENVOLVIMENTO

O ato de fotografar materializa o olhar do fotógrafo no suporte da fotografia. Este capítulo trata da modernização da sede colonial e da formação do espaço urbano de Getúlio Vargas, entre 1934 e 1954, e como essas transformações foram representadas nas imagens fotográficas. Em seguida, apresenta-se o contraste entre a colônia, rural e arcaica, e o status de cidade, urbana e industrial, e como essa modernização e urbanização da cidade/colônia atravessa as imagens selecionadas para serem analisadas, a partir dos elementos-chave que serão os grupos étnicos, saúde, religião, educação, lazer e nível de crescimento populacional.

3.1 Imigrantes e colonos: elementos culturais e práticas cotidianas

O conjunto de imagens foi constituído por vários fotógrafos e alguns itinerantes, muitos dos quais não identificados, que registraram a formação e o crescimento dessa colônia. Um dos fotógrafos identificados foi o Arnaldo Bianchi morador da cidade de Getúlio Vargas que dedicou seu tempo registrando imagens após a emancipação do município mais preciso no decorrer dos anos de 1950.

No dia 20 de setembro de 1915, foi fundada uma sociedade italiana no então segundo distrito de Passo Fundo, em Erechim (Getúlio Vargas), com o objetivo de reunir localmente imigrantes italianos e seus descendentes. Em Erechim (Getúlio Vargas), existiram outras três sociedades com esse caráter étnico: a *Deutscher Verein* (Sociedade Alemã ou Germânica), Sociedade Sírio-Libanesa e a Sociedade polonesa. E, quando já estabelecidos em suas pequenas propriedades urbanas ou rurais, foram atingidas por uma política nacionalista do governo Vargas, perseguindo, prendendo, multando aqueles que por escolha ou não, não falavam português.

A principal finalidade era proporcionar a seus familiares momentos de lazer e cultura, além de oferecer ajuda mútua aos imigrantes e seus familiares estabelecidos na colônia. Percebe-se, na Figura 18, um grupo de imigrantes, com seus carros enfileirados. Há algumas pessoas segurando a bandeira do seu país de origem. Trata-se de uma carreata em momento festivo simbolizando a chegada à colônia Erechim (Getúlio Vargas) em 1915.

Figura 18 – A chegada da Sociedade Italiana



Fonte: Arquivo Municipal Juarez Miguel Illa Font. (1915). Fotografia não identificado.

Segundo Halbwachs (2004, p. 49), “no primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos.” O grupo de moradores, ao mesmo tempo que se esforçava para manter vivas as tradições vinculadas à sua cultura, evoca ao elemento étnico a tarefa da memória do lugar.

Observando a Figura 19, identificam-se práticas cotidianas às quais os imigrantes se atinham. Contudo, devemos lembrar que a fotografia foi produzida no ano de 1934 e tinha como um de seus aspectos culturais as práticas daqueles imigrantes que formaram o núcleo colonial getuliense em 1918. Nessa perspectiva, compreende-se como a sociedade mantém a identidade coletiva através de eventos rememorativos que reforçam esses laços identitários. A imagem traz um grande número de homens, com bons trajes de terno, chapéu e sapato comemorando o momento. A memória coletiva tende a necessitar de reafirmações com o passar do tempo, já que a modernização das práticas implica, necessariamente, o abandono de certos aspectos tradicionais em prol da inovação.

Figura 19 – Festa de imigrantes na Colônia



Fonte: IHGGV (1934). Fotografia não identificado.

O povoamento de Erechim (Getúlio Vargas) tem, também, em sua história, a participação dos colonos alemães. Os anos de 1908 e 1910 marcaram a vinda das primeiras famílias. Segundo o relatório da Comissão de Terras, os imigrantes concentraram-se ao largo da estrada de ferro que surgia ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo e formaram, desde logo, núcleos em Aratiba, Três Arroios, Getúlio Vargas e Marcelino Ramos. Por eles terem conhecimento de cálculos e engenharia, passaram a ser aproveitados nas construções de pontes, prédios e estrada de ferro.

Na Figura 20, observa-se um grupo de pessoas em posição para ser registrada a fotografia, provavelmente próxima à residência, uma casa de madeira, com o coberto da casa de telhas, as mulheres de vestido longo e os homens de camisa social e chapéu; na fotografia, também se encontram crianças e, ao fundo, uma imensa vegetação. Percebe-se que se trata de uma fotografia pausada, que teve a interferência do fotógrafo para preparar o cenário e, a partir da imagem, transmitir o comprometimento social ao construir uma família. As pessoas da fotografia apresentam posturas rígidas e a maioria com olhares fixos na câmera/fotógrafo. Percebe-se que a imagem que buscava fixar no retrato era de seriedade, respeito, união da família e religiosidade.

Figura 20 – Família Kreische em sua primeira residência no interior de Getúlio Vargas (1914)



Fonte: Arquivo Histórico Municipal Juarez Miguel Illa Font (1914).

3.1.1 O desenvolvimento na área da saúde na colônia Getúlio Vargas

O Hospital São Roque foi inaugurado em 18 de janeiro de 1925 na sede da sociedade Italiana, porém foi no final de 1919 e início de 1920 que o frei Gentile da igreja Católica iniciou um movimento para a criação do hospital. Os enfermos da colônia eram tratados através de atendimento quinzenal no salão paroquial. Com a ajuda da comunidade, foi criada uma “Sociedade Beneficente”. Adaptou-se um local onde foram feitas muitas modificações (Figura 21). Em primeiro plano, observam-se casas grandes de madeira e coberta com telhas; ao redor, a estrada era toda de chão batido. O local contava com a ajuda de médicos dos judeus na Fazenda Quatro Irmãos. Um desses médicos, Dr. Giuseppe Canessa, conheceu o hospital e passou a fixar sua residência em Getúlio Vargas, atendendo à demanda local e dos distritos.

Na cidade de Getúlio Vargas, o ano de 1925 marcou a inauguração do Hospital São Roque, oficialmente em caráter beneficente, cuja fundação data de 18 de janeiro de 1918. As atividades eram coordenadas pela sociedade italiana. A administração esteve a cargo de religiosas franciscanas, tendo um médico, de sua fase inicial contava com 140 leitos, possuindo dois aparelhos de raio-X, aparelhos, aparelhos de diatermia, ondas curtas, infravermelho, dois ultravioletas, anestesia com gases, tendas de oxigênio, incluindo asilo para velhice e enfermarias para indígenas. (CHIAPARINI, 2012, p. 225).

A partir de 1925, em assembleia na sede da Sociedade Italiana, decidiu-se construir um novo prédio para o hospital São Roque, que permanece até os dias de hoje. Esse prédio, pela sua importância, passou a ser um dos locais escolhidos pelos fotógrafos.

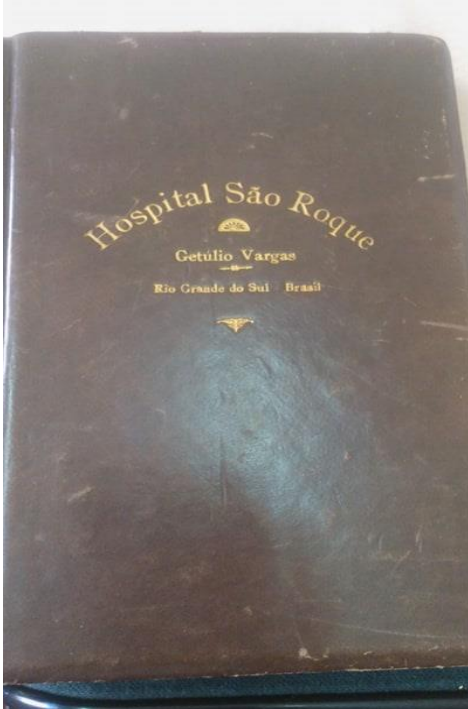
Figura 21 – Hospital São Roque



Fonte: IHGGV. Fotografia não identificado (1918).

Em livro *Ata*, registrado no Hospital São Roque no ano de 1945, encontrado no arquivo Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas (Figura 22), constam frases escritas à mão com letras cursivas assinadas por deputados, delegado federal e médicos de outras cidades no ano de 1945. O texto evidencia boa recepção, organização, local limpo e bem organizado.

Figura 22 – Livro *Ata* do Hospital São Roque 1945



Fonte: Arquivo Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas (1945).

3.1.2 A instituição religiosa na colônia Getúlio Vargas

Quando as primeiras famílias chegaram à colônia Erechim (Getúlio Vargas), no ano de 1910, encontraram um chalé onde estava instalado o escritório da Comissão de Terras e um barracão para abrigo. Porém, a Igreja mais próxima estava localizada em Passo Fundo. Coube aos católicos e protestantes buscar, junto aos dirigentes de suas Igrejas, a designação de religiosos para atender os fiéis. A primeira capela católica (capitel) da localidade foi inaugurada em 13 de junho de 1913. Era de madeira e tinha 4 m por 6 m, totalizando 24 m².

Todas as etnias que formaram a colônia Getúlio Vargas tinham uma forte religiosidade, que contribuiu para manter a união e a disposição para enfrentar as dificuldades e o trabalho pesado. Em todos os lugares, eram construídas capelas – intensamente frequentadas. De acordo com o livro de Pe. Antonio Valentini Neto, “Dados Históricos Diocese de Erechim e Região”, uma das primeiras providências, ao se estabelecerem, era definir um local de encontro dominical para o terço, identificando-o, inicialmente, por uma cruz. Em seguida, construíam um oratório (capitel). Em quase todos os lugares, foi construída uma igreja, que hoje é a sede de uma paróquia.

Observa-se, na Figura 23, um grupo de fiéis, a maioria ajoelhada, em sentido de oração, ao redor da primeira Igreja de madeira. Essa fotografia data de 1910, na região colonizada pela empresa Luce Rosa; o mato ao redor simboliza a colonização e as pessoas posicionadas dão o sinal de devoção aos fiéis. Ao lado esquerdo da foto, percebe-se que há instrumentos musicais nas mãos dos que participaram da missa. Alguns, inclusive, estão de terno e gravata, o que reforça o tom solene daquele instante. A mata densa não impediu que a fé em dias melhores abatesse os ânimos daqueles homens durante os primeiros trabalhos.

Figura 23 – Primeira missa na Colônia



Fonte: Arquivo Municipal Juarez Miguel Illa Font. (1910). Fotógrafo não identificado.

Como o intuito inicial era organizar uma comunidade católica, uma das primeiras providências tomadas foi erguer uma Igreja e realizar a primeira missa para angariar fundo da construção de uma nova Igreja Matriz (Colônia Getúlio Vargas), fundada em 1937. Observa-se, na Figura 24, um grande grupo de pessoas que participaram da missa, todos em pé para registrar a fotografia próxima à casa de madeira e uma aparentemente Igreja de madeira ao fundo.

Figura 24 – Festa religiosa igreja católica de madeira



Fonte: IHGVV (1915). Fotógrafo não identificado.

Desde as origens do município, a religiosidade esteve muito presente, a capela foi erguida em 1915, representando o centro da comunidade; acontecimentos sociais e culturais eram programados em torno de datas santificadas. Em 1936, iniciou-se a construção da nova Igreja Católica da cidade, sendo inaugurada no ano de 1937 (Figura 31). Atualmente, o município conta com templos de religiões cristãs, Evangélica de Confissão Luterana e Católica Apostólica Romana, as quais convivem em harmonia e integração.

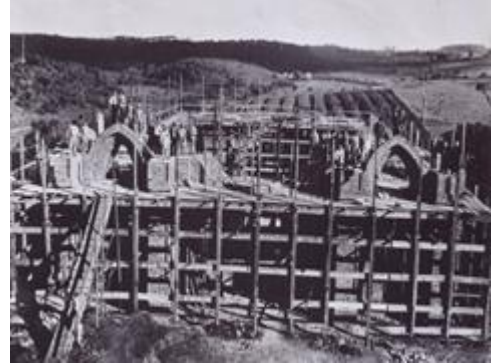
A Figura 25 representa o início da construção da Igreja Católica Matriz Imaculada Conceição. Na imagem, visualiza-se, parcialmente, uma parte inicial da obra sem seus alicerces, a mata no fundo, algumas pessoas e uma charrete com bois. Contudo, o fotógrafo buscou ampliar a foto para ficar visível o início da construção. Comparando-se com a Figura 26, a distância de tempo entre a produção das fotos e os diferentes ângulos tomados apontam para essa intenção por parte do fotógrafo. Observa-se o processo da construção, levantamento de tijolos maciços cercados de andaimes de madeiras. Captar os vários aspectos do desenvolvimento da Igreja de uma distância relativamente grande não implica representar toda a gama de aspectos dessa modernização que se verificava na história da cidade.

Figura 25 – Início da construção da igreja matriz



Fonte: IHGVV (1936).

Figura 26 – Processo de construção da igreja matriz



Fonte: IHGVV (1937).

Novos focos e possibilidades investigativas surgiram, como o fato do crescimento do povoado. Os primeiros colonos que se estabelecerem em meio à mata passaram por dificuldades; muitas vezes não havia estrada, comércio ou igreja, tampouco escola ou hospital. Tudo foi pouco a pouco construído pelas mãos dos próprios colonos, primeiramente igrejas e escolas, com função importantíssima de garantir que as pessoas mantivessem seus costumes e educação. Mais do que um local de culto espiritual, as igrejas eram o centro de onde emanavam os discursos de valores considerados fundamentais na cultura das etnias; assim, preservar-se-ia uma vida semelhante à do país de origem. Na construção da nova sociedade, os imigrantes procuraram reproduzir as instituições que preservassem sua cultura, seus costumes. As principais são a escola, igreja, família e sociedades recreativas.

A figura 27 representa o movimento de um grande número de pessoas que eram trabalhadores, com suas ferramentas, preparados para a construção da Igreja onde posteriormente seria erguida a Igreja Matriz Imaculada Conceição. O prédio em madeira atrás era o Colégio Santa Clara que, segundo o livro Getúlio Vargas 80 anos:

[...] atendia, além de crianças da sede do 2º Distrito, estudantes de outras comunidades. No ano de 1935, quando da instalação do município de Getúlio Vargas, têm início os trabalhos da nova Igreja Matriz. Diferentemente das duas Igrejas anteriores, esta será edificada em alvenaria. Nas férias do ano letivo de 1935, o colégio é desmanchado e reconstruído ao lado do canteiro de obra da Igreja Católica, concluído em fevereiro de 1950. (FABRIS; SMANIOTTO, 2014, p. 109).

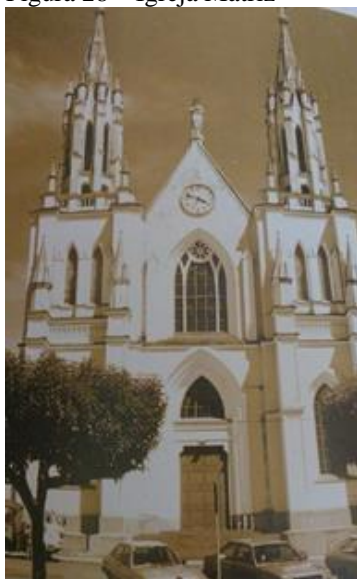
Figura 27 – Trabalhadores responsáveis pela obra de edificação da nova igreja em frente ao Colégio Santa Clara



Fonte: IHGVV (1936). Fotografia não identificado.

O projeto da Igreja foi em estilo neogótico e teve sua planta assinada pelo engenheiro José Stammel, da cidade de São Leopoldo. A construtora, a empresa Petry & Bonesen, de Carazinho, foi contratada para sua edificação. Os trabalhos tiveram início no mês de setembro de 1936 e a obra foi orçada em 656 contos de réis. Uma grande festividade realizada em 5 de fevereiro de 1950 marcou a inauguração. Na Figura 28, uma fotografia da Igreja pronta no ano de 1970.

Figura 28 – Igreja Matriz



Fonte: Livro Getúlio Vargas 80 Anos (1970), p. 152

3.1.3 As primeiras escolas na colônia Getúlio Vargas

Entre 1911 e 1917, existiam escolas isoladas, dirigidas por colonizadores e poucos professores pagos pelo Estado, através da Comissão de Terras, que mantiveram essa atividade até o dia 10/10/1941. Havia um quadro educacional irregular, uma vez comprovada a inexistência de uma rede de escolas públicas. Em 1920, foi fundada a Associação dos Professores, que deu certa uniformidade aos Programas de Ensino. Em 1922, religiosos poloneses tomaram a iniciativa de fundar diversas escolas e uma sociedade, que conseguiu trazer 19 religiosos e 37 professores que lecionaram em escolas particulares.

As primeiras escolas foram criadas pelos imigrantes, Antônio Ducatti Neto, em sua Obra “ O Grande Erechim e sua História”, relata que o ensino institucionalizado em Erechim iniciou por volta de 1911, sob a orientação da Comissão de Terras, por ser a única fonte de pessoal, tecnicamente, qualificado, para as funções de chefia e organização. Isso em se tratando de Escolas subvencionadas pelo Estado, pois, na mesma data, já existiam duas escolas particulares no interior de Floresta (atualmente Barão de Cotegipe). Eram escolas particulares polonesas que serviam de exemplo para o surgimento de muitas outras, criadas espontaneamente por iniciativa particular. Conforme a obra Histórico de Erechim, Centro de Ensino Superior de Erechim-CESE- não se pode precisar o número de escolas particulares e estaduais existentes na Região, nessa época, uniformidade de conteúdos e métodos didáticos, justamente, pela espontaneidade que caracteriza a abertura dessas escolas, por iniciativa de imigrantes de várias nacionalidades. Outro fator que dificultou o ensino, tornando-se deficiente, foram os movimentos revolucionários que agitaram a Região. (CHIAPARINI, 2012, p. 206).

Houve a criação de muitas escolas, por iniciativa particular, isto é, dos agricultores; aqueles que queriam frequentar as aulas dependiam do pagamento de uma mensalidade fixa, por parte dos colonos, e não havia obrigatoriedade de frequência. Assim, por exemplo, em 1924, para um total aproximado de 4.000 crianças, em idade escolar, apenas 37 frequentavam as diversas escolas particulares de Erechim.

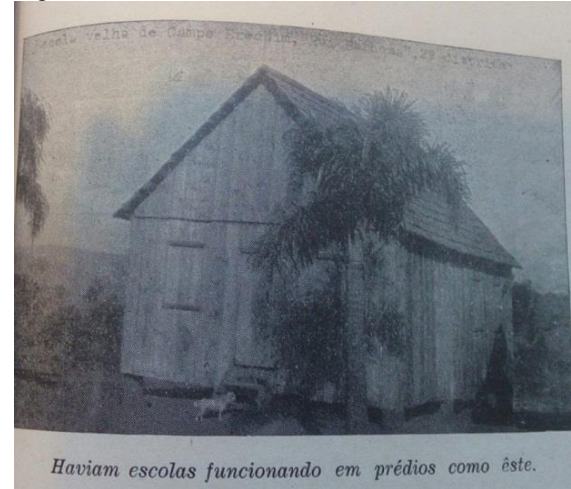
A Figura 29 representa uma turma que frequentava a escola, seguida da legenda que destaca que, nesse momento, os estudantes estavam em uma festa campestre. Agachado, um grande número de crianças; em pé, pessoas mais adultas aparentemente, porém a figura 30 representa um modelo de escola que funcionavam com aquela estrutura de madeira, mas não emprega fé cega em uma parência ambígua. A Figura 32 é uma fotografia do modelo de escola da colônia, formada por prédio de madeira e, ao redor, a estrada de chão batido, cercada pela mata.

Figura 29 –Primeira turma da escola



Fonte: Livro Monografia de Getúlio Vargas (1924)

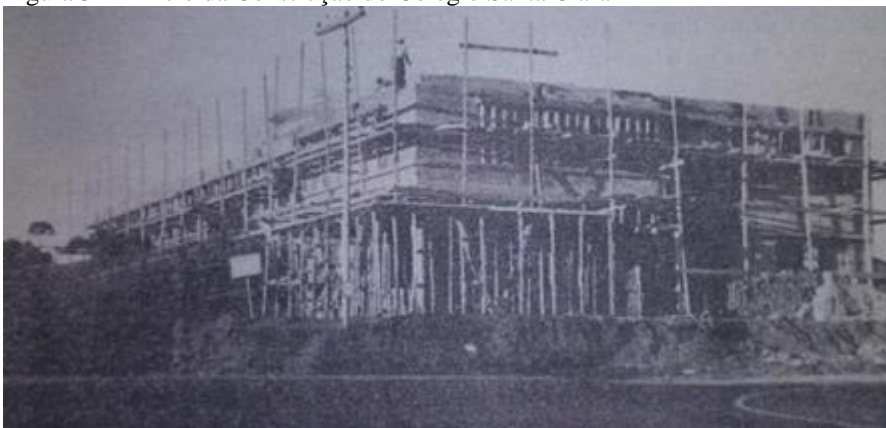
Figura 30 – Modelo de escola na Colônia



Fonte: Livro Monografia de Getúlio Vargas (1924)

Em 1921, algumas famílias católicas, sentindo a necessidade de um local para educar as crianças, entram em contato com a ordem das irmãs Missionárias de Maria Auxiliadora e solicitam, por intermédio da Igreja, a vinda de Irmãs para essa missão. Em 1º de fevereiro de 1922, chegam três irmãs que dão início às atividades escolares com 130 alunos matriculados na escola situada onde atualmente é a Igreja Matriz, que passa a se chamar Santa Clara. Em 1935, iniciaram-se os trabalhos de construção da Igreja de alvenaria. O colégio, então, é trocado de lugar, derrubado e reconstruído 20 metros adiante. Na Figura 31, analisa-se a imagem no ano de 1935, em que se constitui um prédio em construção, com seus alicerces de madeira, local onde viria a ser o colégio Santa Clara. Em razão da demanda do número de alunos matriculados, ensejou a necessidade de uma nova estrutura. Como se pode observar, na Figura 32, o prédio ficou pronto e em funcionamento no ano de 1950.

Figura 31 – Início da Construção do Colégio Santa Clara



Fonte IHGGV. (1935). Fotografia não identificado.

Figura 32 – Colégio Santa Clara



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas (1950).

A Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Padre Manoel da Nóbrega foi criada através do Decreto de Criação nº 6.220, em 27 de maio de 1936, com o nome de Grupo Escolar da cidade de Getúlio Vargas. Somente a partir de 14 de março de 1995, através da Portaria de Alteração de Designação nº 01033, passou a chamar-se Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Padre Manoel da Nóbrega. (FABRIS; SMANIOTTO, 2014, p. 99).

Em 27 de maio de 1936, é possível identificar o prédio (Figura 33) onde se iniciou o funcionamento da escola. Era um prédio de alvenaria, de esquina, com janelas altas. Ao redor, percebe-se que a escola estava pronta para começar a ser utilizada, havia um carro que estava passando no momento do registro; possivelmente, a estrada era de chão batido, no canto à esquerda, havia um poste de luz.

Figura 33 – Escola Estadual Padre Manoel da Nóbrega



Fonte: Livro Monografia de Getúlio Vargas (1936).

3.1.4 O lazer na colônia Getúlio Vargas

A modernização trouxe a necessidade de adaptação, sobremaneira do núcleo urbano central, à demanda da população que circulava nesse espaço. A Figura 34 apresenta, em primeiro plano, a praça, um dos principais projetos de urbanização do período, como novo espaço de lazer e sociabilidade. Na construção da intendência, observa-se um espaço regrado e organizado, com árvores alinhadas e em conformidade. Visualizam-se espaços urbanos que ainda guardam elementos rurais, como as ruas de chão batido, proximidade de área rural com a cidade na paisagem. “O seu atual formato remonta ao primeiro governo do prefeito Plácido Scussel. Seus três pavimentos foram cortados em forma de ‘x’, por passeio. Dentre os monumentos, destaca-se a Cuia, em cuja base foi fixada uma placa de bronze com a frase.” “Desta jornada se volta com honra, ou não se volta mais”, dita por Flores da Cunha durante a Revolução de 1930. De igual modo, no chafariz, outra placa em bronze com a Carta Testamento de Vargas, e ainda o busto do patrono do município (FABRIS; SMANIOTTO, 2014, p. 133). Alguns detalhes chamam atenção na foto, como o chafariz, que ainda não havia sido construído.

Figura 34 – Praça General Flores da Cunha



Fonte: IHGGV. 1950. Acervo foto Balzan. Fotografo Arnaldo Bianchi

Observa-se o chafariz, na Figura 35, localizado na praça Flores da Cunha em registro feito pela Foto Balzan na década de 1950, para a série de cartões postais da cidade de Getúlio Vargas. Em relação à praça, é possível identificar mudanças, como a colocação do chafariz. O lugar foi se desenvolvendo, foram colocados bancos para uso dos transeuntes, aumento da arborização e do ajardinamento e cercamento dos canteiros. De acordo com o livro “Monografia de Getúlio Vargas”, a cidade “possui uma das mais belas praças do interior do Estado, lançada

em diversos planos e caprichosamente jardinada. Sua zona central é calçada com pedras irregulares, cobrindo a área de 36. 150 m quadrados.” (STUMF; RANZOLIN, 1952, p. 111).

Figura 35 – Chafariz na Praça Flores da Cunha



Fonte: Acervo foto Balzan (1954).

“Quando da abertura das primeiras ruas da Colônia Erechim (Getúlio Vargas), uma área de dez mil metros quadrados foi reservada para a construção de sua praça central.” (FABRIS; SMANIOTTO, 2014, p. 133). Nesse local, foram edificados em seu entorno o espaço da administração, os hotéis, as igrejas, o cinema, o clube, o espaço da contemplação e da sociabilidade. Eram os locais mais fotografados da cidade, pois se tratava do espaço de movimentação, do comércio relacionado à zona agrícola, do lugar onde transitavam as pessoas em direção ao trem, das carretas de tração animal que vinham do interior.

3.1.5 O crescimento populacional da colônia Getúlio Vargas

A partir de 1950, a prioridade eram todas as casas e ruas terem luz elétrica e água encanada. A sociedade envolvia-se cada vez mais para manter e ajudar o crescimento da indústria, comércio, hospital, um local para desenvolver atividades esportivas e recreativas, centros de diversões, como cinema, cafés, bares; contava com 758 prédios, sendo que 462 na zona urbana e 296 na suburbana. As construções eram de madeira e alvenaria. Entre esses edifícios, destacam-se o da Igreja Matriz, Prefeitura Municipal, prédio Antônio Scussel, Banco da Província do Rio Grande e Hospital São Roque. A população, de acordo com o censo de 1950, era de 2.838 habitantes. O povoado de Estação Getúlio Vargas, no censo em 1950, era de 1790, havia 428 prédios em madeira; em alvenaria, os prédios representavam uma área de 4.465 metros quadrados.

A colônia Getúlio Vargas, em 1950, tinha seus distritos (Figura 36). Um deles era a cidade que atualmente tem o nome de Estação, mas, naquele ano, recebia o nome de Getúlio Vargas Estação. O livro *Monografia do município de Getúlio Vargas* destaca que:

o traço característico desse povoado é a intensidade de seu comércio e indústria, contando com cooperativas de banha e vinho, fábricas de caixas, caramelos, marmelada, moinho de trigo em grande escala, casas atacadistas e varejistas e armazéns de compra e venda de produtos coloniais. É servido de luz e força pela mesma usina que abastece a cidade. (STUMF; RANZOLIN, 1952, p. 111).

Figura 36 – Tabela do povoado da Colônia Getúlio Vargas e seus distritos

Designação	Distritos a que pertencem	Distância da sede M. (km.)	Nº. de moradias	População aprox.
Estação Getúlio Vargas	Getúlio Vargas	5	348	1.790
Vista Alegre	Getúlio Vargas	16	9	50
Rio Toldo	Getúlio Vargas	22	22	110
São Pedro	Getúlio Vargas	5	6	30
Formigas	Getúlio Vargas	13	11	50
Km. 13	Getúlio Vargas	13	11	65
Km. 16	Getúlio Vargas	16	7	45
Chalet	Erebango	25	20	110
Charrúa Alta	Charrúa	26	26	170
Floresta	Charrúa	32	14	80
São Roque	Charrúa	32	7	40
São Lourenço	Floriano Peixoto	37	12	80

Fonte: Livro *Monografia do Município de Getúlio Vargas* (1950).

Para Lynch (1997, p. 11):

A cidade é uma construção no espaço, mas tão vasta que os nossos sentidos deixam de alcançar o espaço quando este existe mais além. Apreendemos, por isso, a cidade por partes e nesse processo a nossa mente retém as memórias e os significados mais importantes, que mais nos marcam ao longo da vida, de algum modo associando-os ao espaço que suporta fisicamente esses acontecimentos; estabelecem-se assim relações com partes da cidade, as quais se transformam nas mais significantes.

Assim, a imagem urbana cumpre a tarefa de demarcar e assinalar o espaço – lugares e geografia. Desse modo, ela é pontual e traça o percurso da cidade; ademais, organiza a cidade, torna-a simbólica e representativamente eficiente. O seu reconhecimento supõe a percepção coletiva que a consagra e que faz circular valores, referências e identidades urbanas.

Ainda, segundo Lynch (1997), as imagens são acontecimentos objetivos. Não são tratadas como uma simples representação, mas sim como uma provocação, um estímulo que vai além daquilo que é captado pela visão. Se o imaginário supõe uma associação de fragmentos que, montados, constroem um retrato metafórico da cidade, a imagem é o retrato de um

imaginário. Imaginários distintos porque, no primeiro caso, a cidade é um estímulo para a associação imaginária; no segundo, ela constrói concretamente, solidifica um imaginário (LYNCH, 1997, p. 11).

Com o crescimento da população, a demanda por um meio de transporte de fácil acesso era necessário. Getúlio Vargas passou a ter um ônibus que servia de transporte (Figura 37), em 1940, que fazia a linha Estação e Erebangó. Os ônibus ganharam a preferência no serviço de transporte urbano e a população passou a utilizá-lo com maior frequência devido à possibilidade de atingir novas áreas que a elite urbana da época elegeu para destinar à população de baixa renda. Nesse contexto, a ferrovia, que representava a modernidade no início do século, perde sua importância.

Na Figura 37, percebe-se uma criança sentada em cima do ônibus; ao lado esquerdo, uma plaquinha de identificação da cidade para onde o transporte se deslocava – na década de 40, fazia a linha Erebangó- Estação-Getúlio Vargas. A estrada era de chão batido. Sobre a pose do menino, a rigidez e a expressão séria, quase melancólica, ao encarar o fotógrafo, a câmera e, de certa forma, o expectador da imagem.

Figura 37 – Ônibus que fazia a linha Erebangó, Estação e Getúlio Vargas



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas (1940).

A partir do crescimento da colônia, é viável relacionar a diferenciação da cidade e do urbano. Carlos (2007) define que o espaço urbano é compreendido na reprodução da vida em todas as dimensões, na articulação indissociável dos planos local/mundial. A cidade, como

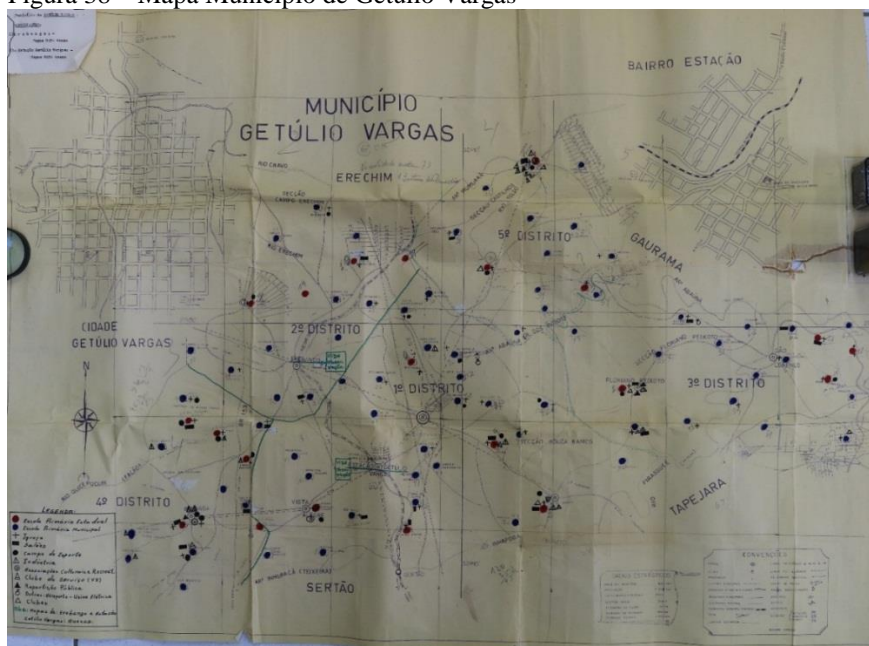
pensamento do plano do lugar, revela o vivido e a vida cotidiana, observados nos espaços-tempo de realização da vida.

A cidade, enquanto construção humana, é um produto histórico-social e nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulando ao longo do processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações significativas da vida humana, obra e produto, processo histórico cumulativo, a cidade contém e revela ações passadas, ao mesmo tempo em que o futuro, que se constrói nas tramas do presente – o nos coloca diante da impossibilidade de pensar a cidade separada da sociedade e do momento histórico analisado. (CARLOS, 2007, p. 11).

A contribuição de Santos (2009) é norteadora da definição do espaço geográfico como espaço habitado. Em seu entendimento, o urbano e a cidade têm um papel de destaque, o espaço geográfico contemporâneo. Sob uma diferenciação entre ambos, reconhece o urbano como “o abstrato, o geral, o externo” e a cidade como “o particular, o concreto, o interno.” (SANTOS, 2009).

Observando a Figura 38, de 1940, e a Figura 39, de 1952, percebe-se o crescimento da colônia, passando para um fluxo maior de pessoas e distribuição da cidade e seus distritos. O crescimento da cidade possibilitou novos ares na modernização, o que não significa somente a respeito das relações econômicas, mas também das transformações ocorridas nos mais diversos segmentos das sociedades que, paulatinamente, deixam de ser tradicionais e passam a conviver com as mudanças dinâmicas da era moderna.

Figura 38 – Mapa Município de Getúlio Vargas



Fonte: IHGGV (1940).

Figura 39 – Mapa de Getúlio Vargas, 1952



Fonte: Monografia do município de Getúlio Vargas (1952).

A respeito do conceito de modernização, encontra-se em Habermas (2000, p. 5) uma definição abrangente:

O conceito de modernização refere-se a um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; à secularização de valores e normas etc.

O processo de modernização pode se condicionar ao meio específico em que ele ocorre. Não existe modernização sem humanidade, sem a ação do ser humano, assim como não existe cultura, economia, política, etc., sem a intenção e intervenção do homem. A modernização condiciona-se às especificidades de cada sociedade.

Berman (1986, p. 86) acrescenta que o pensamento do século XX acerca da modernidade “se divide em dois compartimentos distintos, hermeticamente lacrados um em relação ao outro: ‘modernização’ em economia e política, ‘modernismo’ em arte, cultura e sensibilidade.”

A fotografia nasceu da modernidade (e é impactada pela modernização), é capaz de registrar aqueles aspectos humanos que se negam, consciente ou inconscientemente, a embarcar nesse processo modernizador, inovador. As máquinas, cada vez mais, são aprimoradas na perspectiva do desenvolvimento técnico e da modernização. A modernidade implica o “olhar para frente”, vivenciar a secularização dos valores morais, as transformações contínuas, a visão otimista para com o futuro, a racionalidade humana como regente dos movimentos cotidianos.

Essa citação representa bem o percurso da pesquisa realizada, a partir das análises fotográficas. “Das excursões daguerreanas às primeiras tentativas de conquista do espaço sideral, por onde quer que o homem se tem aventurado nos último cento e sessenta anos, a câmara o tem acompanhado comprovando sua trajetória, suas realizações.” (KOSSOY, 2002, p. 161).

Os fotógrafos foram os produtores de imagens ligadas à modernidade, à modernização e ao indivíduo moderno do século XIX. Eles eram os detentores de uma prática cultural de realizar essas fotografias em meio ao interesse de propaganda para futuros indivíduos compradores de novos lotes de terras que materializavam os ideais de progresso, de novidade, de modernidade e de aproximação para com as sociedades europeias e norte-americanas.

CONCLUSÃO

As imagens fotográficas analisadas no decorrer do trabalho constroem uma narrativa histórica da formação da colônia de Getúlio Vargas e a busca da construção de uma representação de espaço moderno, apresentando elementos da modernidade: inicialmente, a ferrovia; em seguida, um espaço urbano com amplas construções, ruas e prédios. Os fotógrafos, em seu ato fotográfico, buscaram acompanhar essas transformações, colocando em circulação imagens que comprovam o progresso e desenvolvimento da colônia e, posteriormente, município.

Na primeira etapa do trabalho, salientaram-se os diversos elementos que constituíram a formação do núcleo colonial de Erechim e sua sede – Getúlio Vargas. Dissertou-se acerca do processo imigratório e evidenciou-se o surgimento do município, no início do século XX.

É possível perceber que a colonização de Getúlio Vargas não foi espontânea, mas sistemática e programada, feita a partir de interesses do Estado, das colonizadoras e, especialmente, da ferrovia, que teve a função de trazer os imigrantes e colonos para ocupar e desenvolver essa área de colonização, com base na pequena propriedade colonial, que era destinada à agricultura de subsistência e procurava atender ao mercado interno.

O modelo de colonização adotado favoreceu a reprodução da pequena propriedade agrária, na qual os migrantes se mantiveram ligados ao trabalho agrícola. Na visão dos agricultores, considerava-se um *status* ser proprietário, ou mesmo estar ligado à terra. A fase de instalação na colônia foi marcada por muitas dificuldades, e a floresta consistia um obstáculo a ser vencido.

No município de Getúlio Vargas, a presença dos migrantes, em especial, italianos, poloneses e alemães, é bastante visível e, apesar da forte presença desses migrantes, pode-se perceber grande presença dos caboclos e índios através da miscigenação, que foi um processo inevitável, fazendo com que o multiculturalismo prevalecesse na região.

Foram apresentadas 39 imagens, de diferentes espaços e temporalidades, que foram respondendo aos objetivos lançados no início da pesquisa, ao mesmo tempo que foram surgindo novas questões relevantes. A partir da leitura e interpretação das imagens fotográficas, apresentaram-se os sujeitos no espaço de suas práticas e representações sociais. O processo de colonização e o discurso de modernidade da colônia, elevada a município, foram narrados nos registros fotográficos. Respondendo às indagações sugeridas, conclui-se que os espaços privilegiados nas representações enquanto colônia tiveram início por um funcionário do estado que fez o reconhecimento do local e avistou caboclos trabalhando na colheita de erva mate, no

roçado de mandioca, além da grande quantidade de pinheiros e da fertilidade da terra. Isso possibilitou a chegada dos primeiros colonizadores no local através da estação ferroviária, que acabou facilitando uma quantidade maior de imigrantes europeus e migrantes vindos das colônias velhas, ocorrendo uma diversificação de etnias.

Depois da emancipação, os espaços locais mais destacados foi a instalação das indústrias, possibilitando, cada vez mais, a entrada de migrantes e imigrantes em busca de mercado de trabalho. Isso significa que o município foi se fortalecendo para um crescimento e desenvolvimento cada vez maior das construções civis, das estradas, meios de transporte, espaço econômico e nível populacional. Foi possível compreender a forma pela qual alguns aspectos da vida colonial resistiram e se fundiram em meio à modernização das práticas cotidianas na cidade.

O acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas mostrou-se rico em possibilidades interpretativas. Isso viabilizou proceder à análise das fotografias de forma criteriosa, refletir sobre alguns pressupostos teórico-metodológicos que envolveram a problemática da imagem e sua interpretação histórica.

Para isso, focou-se às reflexões acerca das relações entre fotografia e memória e sobre a fragilidade das fontes imagéticas enquanto documento possível para a pesquisa histórica. Nisso reside a competência daquele que analisa imagens do passado: no problema proposto e na construção do objeto de estudo. A imagem não fala por si; é necessário que as perguntas sejam feitas.

O mundo, no decorrer do século XIX, foi marcado por inovações tecnológicas, como a fotografia, que modificou o olhar das pessoas. A fotografia, testemunha ocular da História, criou uma nova maneira de ver o mundo, produzindo representações da realidade tal como ela era e como se apresentava perante os olhos das pessoas. Foi, também, uma das primeiras invenções que possibilitou o registro mecânico da imagem. Ganhou, ao longo dos anos, vida própria, proporcionada pelo desenvolvimento de técnicas modernas de revelação e de acessibilidade dos materiais. Em um período anterior, não eram comuns esses registros.

Nessas circunstâncias, as fotografias ganham *status* de documento e fonte de pesquisa para recuperar o passado, multiplicar os olhares e descobrir como era a vida naquela época. As expressões faciais dos fotografados geralmente eram sérias. Nota-se, em poucas imagens, os sorrisos, a espontaneidade e os olhares para outro ponto que não seja o da câmera/fotógrafo.

As imagens são históricas, as fotografias, em suas diversas modalidades, guardam, em sua superfície, a marca do passado que as produziu e consumiu. Um dia já foram memória presente, ou narrativa, próxima àqueles que as consumiam, possuíam, guardavam e colecionavam como

reliquias, lembranças ou testemunhos. No processo de constante vir a ser, recuperam seu caráter de presença em um novo lugar, em outro contexto e com uma função diferente.

A imagem foi um documento imprescindível a esta pesquisa, pois ela é um testemunho do que um dia foi real, contribuindo para a identificação da realidade dos primeiros imigrantes e migrantes numa complexidade social. Apresentou as várias etnias e como elas operaram no universo cotidiano por meio de suas práticas culturais e sociais em meio às suas resistências, conflitos. Compreende-se que o comportamento humano perpassa por influências no cenário em que ocorrem, estruturando o espaço social em que vivem.

A pesquisa e as leituras realizadas proporcionaram uma visão diferente ao analisar uma fotografia, olhar atentamente para a composição da imagem, como o local onde foi tirada, as vestimentas, as diferentes poses, as expressões do rosto sem sorriso – que era o padrão da época – e outros detalhes que a compõem. Percebe-se, também, a qualidade das fotos; são registros nítidos e muito bem tratados em seu processo de produção e revelação, proporcionando a preservação da identidade dos imigrantes que ocuparam a região na época.

Assim, procurou-se refletir sobre as representações do processo de colonização na fotografia, sob inspiração das vivências e necessidades de adaptação dos imigrantes que ali se instalaram, como um recurso para a representação visual, para a criação de memórias e para a significação histórica e social, e não uma simples tentativa de reconstruir o período analisado com fidelidade. Se assim fosse, reforçaria a imagem fotográfica como representação do real, assumindo caráter de documentação oficial.

Em razão de a temática abordada ser bastante ampla, não se teve a pretensão de esgotar o tema. Espera-se, contudo, que tenha sido possível contribuir para suscitar novos olhares sobre as práticas culturais que envolvem a análise da imagem, a colonização e a imigração da cidade de Getúlio Vargas, mantendo vivo o interesse quanto a essa complexa relação.

REFERÊNCIAS

- BERMAN, M. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**. Tradução Carlos Felipe Moisés/Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Schwarcz, 1986.
- BRAGA, M. A. **Os Gentios e a Catequese**. Caxias do Sul: Maneco, 2007.
- BRASIL. **Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em: 14 jan. 2019.
- BETINARDI, A. Caxias do Sul através da Fotografia: a modernização da cidade por meio das imagens produzidas pela família Mancuso (1909-1961). In: II ENCONTRO HISTÓRIA, IMAGEM E CULTURA VISUAL ANPUH-RS, 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 8-9 ago. 2015.
- BURKE, P. **Testemunha Ocular: história e imagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CARON, M. S. Colonização privada em área de colonização oficial: considerações sobre a implantação das atividades da empresa colonizadora Luce, Rosa e Cia Ltda. no Alto Uruguai Gaúcho (1915-1920). In: HEINSFELD, A.; TEDESCO, J. C. **Colonos, colônias & colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Erechim: Habilis, 2009. p. 180.
- CARON, M. S.; TEDESCO, J. C. O Estado positivista no norte do RS: a questão da propriedade da terra e a fundação da colônia Erechim (1890/1910). **História Unisinos**, v. 16, n. 2, p. 220-231, maio/ago. 2009.
- CASSOL, E. **Histórico de Erechim**. Passo Fundo: Inst. Social Padre Berthier, 1979.
- _____. **Carlos Torres Gonçalves: vida, obra e significado**. Erechim: São Cristóvão, 2003.
- CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CANABARRO, I.S. **A construção da cultura fotográfica no sul do Brasil**. Imagens de uma sociedade de imigração. 2004. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2004.
- CANABARRO, I. S. **Dimensões da cultura fotográfica no sul do Brasil**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2011.
- CANABARRO, I. O fotógrafo e a história. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26, 2011. **Anais...** São Paulo, jul. 2011. p. 6.
- CHARTIER, R. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

_____. A história cultural. **Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 5, 1991.

_____. **Leitura e leitores na França do antigo regime**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2003.

CHIAPARINI, E. J. **Erechim: retratos do passado, memórias do presente**. Erechim, RS: Graffoluz, 2012.

CIMA, S. M. P. **Busato um protagonista na história de Erechim de 1926 a 1950: o personagem Busato instala-se em Erechim**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.

DIDI-HUBERMAN, G. O que nós vemos, o que nos olha. **Revista de História da Arte**, Porto: Dafne Editora, n. 10, 2012.

DETONI, M. G. Erechim e sua Arquitetura antiga. **Jornal A Voz da Serra**, Caderno Especial, Erechim, p. 7, 9 abr. 1989.

DORIGON, C.; RENK, A. **Juventude rural, produtos coloniais e produtividade**. Chapeco: Argos, 2013.

DUCATTI NETO, A. **A vida nas colônias italianas**. Porto Alegre: EST, 1979.

DUCATTI NETO, A. **O grande Erechim e sua História**. Porto Alegre: EST, 1981.

FABRIS, Â.; SMANIOTO, M. L. C. **Getúlio Vargas 80 anos: a história político-administrativa do município**. 2. ed. Getúlio Vargas: Graffoluz, 2014.

FERRARI, L. F. **A intrusão e desintrusão nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil**. 2014. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

FRANZINA, E. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006. p. 322.

FÜNFELT, K. **História da paisagem e evolução urbana da cidade de Erechim – RS**. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GERHARDT, M. História ambiental, colonização e genealogia. **História: Debates e Tendências**, v. 14, n. 1, p. 124-140, jan./jun. 2014.

GERHARDT, M. Colonização e extrativismo. In: TEDESCO, J. C.; NEUMANN, R. M. **Colonos, Colônias e Colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015. p. 249.

GARCEZ, N. C. **Colonização e imigração em Erechim: a saga das famílias polonesas. 1900-1950**. Erechim: Edelbra, 1997. p. 34.

GIARETTA, J. G. S. **O Grande e Velho Erechim**: ocupação e colonização do povoado de Formigas (1908-1960). Passo Fundo, 2008.

GIRON, L. S. (Org.). **Refletindo a cidadania**: Estado e sociedade no Brasil. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

_____. Leituras da imigração. In: DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza H.; PINHEIRO MACHADO, M. B. (Org.). **Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros**. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

GIRON, L. S.; CORSETTI, B. As companhias de colonização: a reprodução do sistema colonial. In: DE BONI, Luis A. (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre; Torino: EST; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. v. 2.

GRITTI, I. **A imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul**: a emergência do preconceito. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2014.

_____. **Imigração no Rio Grande do Sul**: A Jewish Colonization e a Colonização de Quatro Irmãos. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1980.

GOLIN, T. As fronteiras sulinas. In: PICCOLO, I. L.; PADOIN, M. M. **História geral do Rio Grande do Sul**: Império. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 491-532.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**: Doze lições. Tradução Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 5.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HERÉDIA, V. B. M. Os imigrantes italianos na formação econômica regional no Rio Grande do Sul. In: ZANINI, M. C.; TEDESCO, J. C. **Migrantes ao Sul do Brasil**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

HEREDIA, V. B. M.; MOCELLIN, M. C. Dinâmicas Migratórias e Jogos Identitários: Uma experiência no Sul do Brasil. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA., 29, 2014. **Anais...** Natal, 2014. Disponível em:

<http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402016889_ARQUIVO_Paper-RBA-2014-Clara-Vania.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2019.

HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções, 1789-1848**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

ILLA FONT, J. M. **Serra do Erechim**. Tempos heroicos. Erechim: Cararo, 1983.

IOTTI, L. H. **O olhar do poder**: a imigração italiana no RS, de 1875 a 1914. 2 ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

IOTTI, L. H.; PINHEIRO MACHADO, M. B. (Org.). **Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros**. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

JAQUES, J. C. **Assuntos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Escola de Engenharia, 1912.

KERBER, A. A. **A ferrovia no norte do Rio Grande do Sul: uma história do trecho Passo Fundo-Marcelino Ramos/RS (1957-1997)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017.

KLEIN, H. S. Migração internacional n História das Américas. In: FAUSTO, B. (Org.). **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: EDUSP, 1999.

KLEIN, H. S. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, B. **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

KOSSOY, B. **Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2002.

_____. **Fotografia & História**. 4. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

_____. História. In: _____. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003. p. 1-171.

LIMA, Solange Ferraz de; VASCONCELOS Vânia... **Fotografia e cidade: da razão urbana à lógica do consumo: Álbuns da cidade de São Paulo, 1887-1954**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1997.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 11.

MAESTRI, M. **Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul 1875-1914**. 2. ed. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2001.

_____. A região colonial italiana do rio Grande do Sul: a construção da memória. In: ZANINI, M. C. C.; TEDESCO, J. C. **Migrantes ao Sul do Brasil**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

MAUAD, A. M. Através da imagem: fotografia e história-interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MENESES, U. T. B. Fontes visuais, Cultura Visual, História Visual: Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

METZEN, B.; SCHMITZ, V. M. S. **São Pedro da Serra: uma história de trabalho, respeito e honestidade**. Erechim: Edelbra, 2000.

MONTEIRO, C. História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. **MÉTIS: história e cultura**, v. 5, n. 9, p. 11-23, jan./jun. 2006.

MONTEIRO, R. H. Visual: definições, escopo, debates. **Domínios da Imagem**, Londrina, ano 1, n. 2, p. 129-134, maio 2008.

NEUMANN, R. M. **Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1887-1932)**. 2009.

Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NEUMANN, R. Imigração e identidade étnica: a construção do “ser alemão” no Sul do Brasil. **Revista História: Debates E Tendências**, v. 1, p. 94-107, 2014.

NO, R. (Ed.). **Enciclopédia Einaudi**. Região. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986. v. 8.

OLIVEIRA, A. R.; FORLIN, C.; CRENDENE, M. Â. **Monografia do Município de Getúlio Vargas 1934-984**. Erechim: Gráfica Estrela, 1984.

PELLANDA, E. **Colonização germânica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925. 372 p.

PICOLOTTO, E. L. “**Sem Medo de Ser Feliz na Agricultura Familiar**”: o caso do movimento de agricultores em Constantina, RS. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

PIRAN, N. **Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai**. Erechim/ RS: Fapes, 2001.

POMIAN, K. **Colecção Enciclopédia Einaudi**. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

RADIN, J. C. Colonos na Fronteira do Sul. In: ZARTH, P. A. (Org.). **História do campesinato, na fronteira sul**. Porto Alegre: Letra & Vida; Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012.

RAISON, J. P. Migração. In: ROMANO, Ruggiero (Ed.). **Enciclopédia Einaudi**. Região. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986. v. 8.

RIBEIRO, D. **A política indigenista brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1962.

_____. **Representações da colonização**. Chapecó: Argos, 2009.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SAYAD, A. **A imigração**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

SILVA, M. A. B. **Bebel do novo mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)**. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói: Ed. da UFF, 2011.

SONTAG, S. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

STUMF, L.; RANZOLIN, C. **Monografia do Município de Getúlio Vargas**. Erechim: Tipografia Modelo, 1952.

TEDESCO, J. C. **Colonos, colônias & colonizadores: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil**. Passo Fundo: Clio; Porto Alegre: EST Edições, 2008.

_____. **Conflitos agrários no norte do Rio Grande do Sul: indígenas e agricultores-dimensões históricas**. Porto Alegre: EST Edições, 2017.

TEDESCO, J. C.; SANDER, R. **Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)**. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2002.

TEDESCO, J. C.; ZANINI, M. C. C. (Org.). **Migrantes ao sul do Brasil**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

WEBER, S. E. **Colonização germânica no vale do Taquari: os colonos católicos de Santa Clara (século XIX)**. 2016. Monografia (Graduação em História) – Centro Universitário Univates, 2016.

WEIMER, G. **A vida cultural e a arquitetura na República Velha rio-grandense 1889-1945**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 121.

WEISS, J. **Colonos na selva**. Emigrantes como agricultores. Rio de Janeiro: Méier e Blumer, 1949.

WERLANG, W. **História da Colônia Santo Ângelo**. Santa Maria: Pallotti, 1995. v. 1.

WOLFF, G. H. **Trilhos de ferro, trilhas de barro: a ferrovia no norte do Rio Grande do Sul – Gaurama (1910-1954)**. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2005.

ZARTH, P. A. Agricultura e impactos ambientais no Planalto do Rio Grande do Sul. In: NODARI, E. S.; KLUG, J. (Org.). **História ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

_____. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Ed. da Universidade Regional do Noroeste do Estado, 2002.

OBRAS CONSULTADAS

A HISTÓRIA de Getúlio Vargas. **A Folha Regional**, 1-2 nov. 2001.

BEZERRA MENESES, U. T. Rumo a uma história visual. In: MARTINS, J. S.; ECKERT, C.; NOVAES, S.C. (Org.). **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2005.

BOEIRA, N.; GOLIN, T. (Coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Méritos, 2006/2009, 5 v.

BORGES, M. E. L. **História & fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRANDENBURG, A. Colonos: subserviência e autonomia: In: FERREIRA, Ângela. D. Damasceno; BRANDENBURG, Alfio. **Para Pensar Outra Agricultura**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CARRARO, E. **Jornal A Voz da Serra**. Erechim, n. 40, 23 jan. 1969.

_____. **Jornal A Voz da Serra**. Erechim, n. 75, 19 maio 1964.

_____. **Jornal a Voz da Serra**. Erechim, 14 maio 1970.

BRUM, A. **Modernização da Agricultura** – Trigo e Soja. Ijuí: Fidene/Unijuí, 1985.

CASSOL, E. (Trad.). Correspondência da Colonizadora KA. 1908-1912. Fontes primárias para sua história. **Pesquisas Regionais**, Erechim, ano 5, n. 7, 1982.

_____. Estado e Colonização no projeto do Partido Republicano Rio Grandense: A Colônia Erechim. In: ENCONTRO ESTADUAL DE MICROISTÓRIA., 8, 1991, Erechim. **Anais...** out. 1991.

CASSOL, E.; PIRAN, N. Formação geo-histórica de Erechim. **Perspectiva 1**, Erechim, set. 1975.

CHANTAL, B. P.; RAISON, J. P. **Paisagem**: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, 1986. v. 8.

CHARTIER, R. **Formas e sentido**. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.

CONSTANTINO, N. S. Italianos na cidade: Porto Alegre entre 1850 e 1914. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE IMIGRAÇÃO ITALIANA E IX FÓRUM DE ESTUDOS ÍTALO-BRASILEIROS., Caxias do Sul, 1996. **Anais...** Caxias do Sul, 24-27 abr. 1996.

CUNHA, J. L. A colônia de São Leopoldo: a primeira fase da colonização alemã no Rio Grande do Sul. **Revista Acadêmica Licencia&acturas**, v. 5, n. 2, p. 37-43, 2017.

DUCATTI NETO, A. **A vida nas colônias italianas**. Porto Alegre: EST, 1981.

FABRIS, N. A Revolução Federalista e o sertão do Alto Uruguai. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas/ RS**, Getúlio Vargas, dez. 1996.

FERRAZ, Â. M. S. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Apresentado a Assembleia Legislativa provincial na 1º sessão da 8º Legislatura, 1858, p. 33. (AHRS - A 7.06).

FERREIRA FILHO, A. **História geral do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1978. p. 190.

FILIPON, H. J. Município de Getúlio Vargas: Origem do nome. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas/RS**, n. 2, 2005.

GINZBURG, C. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

_____. **Relações de Força**: História, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIRON, L. S. Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fatores determinantes. In: _____. **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GOLIN, T. **A fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GUIMARÃES, L. M. **Inconfidentes, a terra que me viu nascer**: aspectos históricos gerais. Inconfidentes: O Autor, 2010.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. O mito do imigrante no imaginário da cultura. **Métis**, UCS, v. 4, p. 233-244, 2005.

_____. As grandes migrações: fronteiras abertas e fronteiras fechadas. **Revista Acadêmica Licência&acturas** (ISEI), v. 5, n. 2, p. 20-25, 2017.

_____. Leituras e interpretações da imigração italiana no Brasil. In: DREHER, M. N.; TRAMONTINI, M. J. **Leituras e interpretações da imigração na América Latina**. São Leopoldo: Oikos, 2007.

HEINSFELD, A. As ferrovias: na ordem positivista, o progresso corre sobre trilhos. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (Coord.). **República Velha (1989-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3. p. 273-304. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções – 1789-1848**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

_____. **A era do capital, 1848-1875**. 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **A era dos impérios, 1875-1914**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/getulio-vargas/panorama>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

IOTTI, L. H. (Org.). **Imigração e Colonização**: legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

_____. Imigração italiana e história: tendências historiográficas no Rio Grande do Sul. In: GIRON, L. S.; RADÜNZ, R. (Org.). **Imigração e cultura**. Caxias do Sul: EDUCS, 2007. p. 61-71.

JORNAL CORREIO DO POVO, 26 jul. 1908.

JORNAL TRIBUNA GETULIENSE, ago. 1999.

JORNAL O GETULIENSE, 10 dez. 1937.

KNAUSS, P. O Desafio de fazer história com imagens. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan./jun. 2006.

KOSSOY, B. **Album Photographico do Estado de São Paulo, 1892**: estudo crítico. São Paulo: Kosmos/CBPO, 1984.

_____. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

_____. **Os tempos da fotografia**: o efêmero e o perpétuo. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

LANDO, A. M.; BARROS, E. C. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul**: uma interpretação sociológica. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1976.

LE GOFF, J. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

LEITE, M. M. **Retratos de Família**: leitura da fotografia histórica. São Paulo: Ed. da USP, 1993.

LIMA, J. C. R. Roger Chartier: o universo simbólico e a escrita da história. **Nearco**, v. 1, p. 181-189, 2011.

MASSMANN, B. T. Movimentos Migratórios: A migração interna no Rio Grande do Sul - Colônia Alto Jacuhy. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL., 3, 2015. **Anais...** 2015. p. 1-11.

MAUAD, A. M. Fotografia e História: possibilidades de análise. In: CIAVATTA, M.; ALVES, N. (Org.). **A Leitura de Imagens na Pesquisa Social**: História, comunicação e Educação. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 1. n. 13, p. 145, 2005.

_____. (Org.). **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 2, 2000.

OITENTA e um anos de uma trajetória fundada em fé e dedicação. **Jornal Diário da Manhã**, Erechim, 19-20 ago. 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RANSOLIN, A. F. **As ferrovias no Rio Grande do Sul e no Uruguai (1870-1920)**: um estudo comparativo. 1995. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 1999.

RENK, A. **Migrações**: de ontem e hoje. Chapecó: Grifos, 1990.

RIGON, Matheus José; FUJITA, Camila; VILLEL, Ana Laura Vianna. **Base cartográfica IBGE**. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/15.170/5273>>. Acesso em: 26 maio 2019.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1939.

RÜCKERT, A. A. **A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul: 1827/1931**. Passo Fundo: Ed. da UPF, 1997.

RÜSEN, J. A história entre a modernidade e a pós-modernidade. **História: questões e debates**, Curitiba, v. 14, n. 26-27, p. 80-101, jan./dez. 1997.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo: CEM, ano 13, número especial, 2000.

SCHALLENBERGER, E. Os teuto-brasileiros: ação católica, cooperativismo e terceira via política. **MÉTIS: história & cultura**, v. 4, n. 7, p. 133-144, jan./jun. 2005.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

_____. **RS: agropecuária colonial e industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. **O imaginário das Cidades**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

SAYAD, A. O retorno. **Travessia**, número especial, p. 7-32, jan. 2000.

_____. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SEYFERTH, G. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SILVEIRA, M. R. **A importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil**. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003. Disponível em: <repositorio.unesp.br/>. Acesso em: 3 nov. 2018.

_____. **Desenvolvimento econômico e transporte ferroviário: abordagem para o caso catarinense**. Ourinhos, WM Pereira, 2006.

SCHMIDT, R. A. P. **Erechim: cidade construída para imigrantes: poder simbólico na conquista do espaço urbano**. Porto Alegre, 2009. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2324/1/420024.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

TEMPSKI, E. Quem é o polonês? **Boletim Especial do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, 1971.

ZARTH, P. **História agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 1997.

VIAGEM pelos trilhos da história. **Jornal Zero Hora**, Caderno Especial “O Centenário Da Ferrovia de Gaurama, Viadutos e Marcelino Ramos”, 30 set. 2010.

WERLANG, W. **A família de Johannes Heinrich Kaspar Gerdau**: um estudo de caso sobre a industrialização no Rio Grande do Sul, Brasil. Agudo: Werlang, 2002.

LOCAIS DE PESQUISA

Acervo fotográfico Arnaldo Bianchi.

Acervo Fotográfico de Neivo Fabris.

Acervo fotográfico Fotos Balzan.

Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font. Erechim/RS.

Arquivo de Mapas e Documentos da Divisão de terras Públicas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Biblioteca Pública Municipal Gladstone Osório Mársico. Erechim/RS.

Biblioteca Pública Municipal Dr. Léo Stumpf. Getúlio Vargas/RS.

Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas.

Hemerotecas do Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas.

Livro tomo n. 1 da Paróquia Imaculada Conceição de Getúlio Vargas.

Prefeitura Municipal de Getúlio Vargas – Secretaria geral.

Professor Neivo Fabris. Nome do folder – Getúlio Vargas que um dia foi Erechim.